



2007

Relatório Socioambiental do Sistema Eletrobrás



Sistema Eletrobrás 

Sistema Eletrobrás 

2007

Relatório

Socioambiental

Socioambiental

Relatório

2007

Mensagem do Presidente

INTEGRANDO O MEIO AMBIENTE

Relatório Socioambiental do
Sistema Eletrobrás 2007





José Antonio Muniz
Presidente da Eletrobrás

A Eletrobrás vive um momento histórico, de importância ímpar, marcado pela retomada de seu papel de principal agente articulador do sistema elétrico brasileiro. O compromisso de criar, ofertar e implementar soluções que atendam ao mercado nacional de energia, impulsionando o desenvolvimento do país, é reafirmado diariamente e se concretiza nos princípios de eficiência empresarial, rentabilidade e responsabilidade socioambiental que orientam as práticas de gestão de todas as empresas do Sistema Eletrobrás.

A presente publicação é fruto deste momento, que coloca em evidência a necessidade do compartilhamento de ações, informações e ideais. Em 46 anos de história, temos a satisfação de apresentar o primeiro Relatório Socioambiental do Sistema Eletrobrás. Nele, procurou-se mostrar uma gama de realidades que marca a holding e cada uma de suas subsidiárias, retrato de um país tão extenso quanto diverso. Mas, também, o ideal unívoco de um sistema de empresas socialmente e ambientalmente responsáveis e comprometidas com a sustentabilidade.

Hoje não se tem mais dúvidas de que o desenvolvimento econômico e social caminha lado a lado com a preservação do meio ambiente e da diversidade cultural. O Sistema Eletrobrás, até mesmo pela natureza de seu negócio, entende as questões socioambientais como parte expressiva de sua missão.

Isso se reflete no alinhamento de suas práticas de gestão e no apoio a projetos que contemplam temas como educação ambiental, resgate cultural, conservação de energia e geração de trabalho e renda.

Ainda, como reflexo deste comprometimento, a Eletrobrás entrou para a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE Bovespa), indicador composto de ações emitidas por empresas que, a partir da atuação em prol da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental, funcionam como indutoras de boas práticas de governança no meio empresarial brasileiro. Os mesmos fundamentos determinaram a adesão da empresa ao Pacto Global, que advoga dez princípios universais derivados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Princípios Fundamentais dos Direitos ao Trabalho da Organização Mundial do Trabalho e dos Princípios do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A própria elaboração do presente relatório, por fim, atende à intenção de contribuirmos, pelo exemplo, para a disseminação de boas práticas de gestão socioambiental entre as empresas brasileiras. Sua referência básica é o Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica, editado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel em 2006.

Naquele mesmo ano, a Aneel estabeleceu a obrigatoriedade da elaboração de relatórios dessa natureza pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica, a partir do exercício de 2007. Apesar de não estarmos incluídos nesta obrigatoriedade, lidamos um trabalho de conscientização, levantamento e sistematização das informações das empresas do Sistema Eletrobrás, apoiando a intenção da Aneel.

Nós, do Sistema Eletrobrás, acreditamos que iluminar o país vai além de assegurar pontos de energia elétrica nos lares de cada um dos brasileiros. Consolidar a idéia de um sistema de empresas socialmente e ambientalmente responsáveis é parte desta missão, cujo retrato compõe as próximas páginas.

José Antonio Muniz
Presidente da Eletrobrás



Sobre este Relatório

Relatório Socioambiental do
Sistema Eletrobrás 2007



Com o objetivo de ajustar as informações socioambientais do Sistema Eletrobrás à nova realidade do setor elétrico brasileiro, a elaboração deste Relatório Socioambiental acompanha a orientação do Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica, editado pela Aneel em 2006.

De acordo com a Aneel, o relatório de responsabilidade socioambiental tem por objetivo principal ser um instrumento de demonstração das políticas e ações específicas do setor de energia elétrica, evidenciando sua contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade ambientalmente sustentável, socialmente justa e economicamente viável.

Sendo assim, o Sistema Eletrobrás adotou o modelo proposto pela Aneel na consolidação dos seus indicadores de sustentabilidade.

Os dados apresentados neste relatório estão distribuídos em cinco dimensões:

Dimensão Geral

Apresenta o perfil das empresas do Sistema Eletrobrás, o contexto no qual a questão socioambiental está inserida na cultura organizacional, as respectivas influências no ambiente de atuação, no escopo de negócios e na promoção do diálogo com os diversos públicos.

Dimensão Governança Corporativa

O modelo de Governança Corporativa registra os compromissos do Sistema Eletrobrás com princípios éticos, transparência, prestação de contas com auditorias independentes e fortalecimento de redes de relacionamentos. A adesão ao Pacto Global, o alinhamento aos Oito Objetivos do Milênio e a inclusão na carteira do ISE/Bovespa são elementos representativos desta dimensão.

Dimensão Econômico-financeira

Além dos aspectos inerentes aos âmbitos econômico, financeiro e contábil, apresentam-se indicadores que demonstram a produtividade do negócio, a geração e distribuição de riqueza, os investimentos na geração e distribuição de energia.

Dimensão Social e Setorial

Abordam-se os aspectos relacionados à gestão de pessoas, incluindo todo o corpo funcional: empregados, estagiários, aprendizes, assim como os relacionamentos da cadeia de valores, desde fornecedores até clientes estratégicos. Além disso, são enfatizados o direcionamento dos programas de energia, os investimentos em projetos de cunho social e de apoio às comunidades no entorno das atividades das empresas do Sistema Eletrobrás.

Dimensão Ambiental

As informações apresentadas resumem a preocupação do Sistema Eletrobrás com a conservação do meio ambiente como aspecto inerente aos negócios que sempre exerceu grande influência nas atividades das empresas. A política ambiental, o respeito à legislação vigente e a responsabilidade ambiental são aspectos abordados neste segmento.

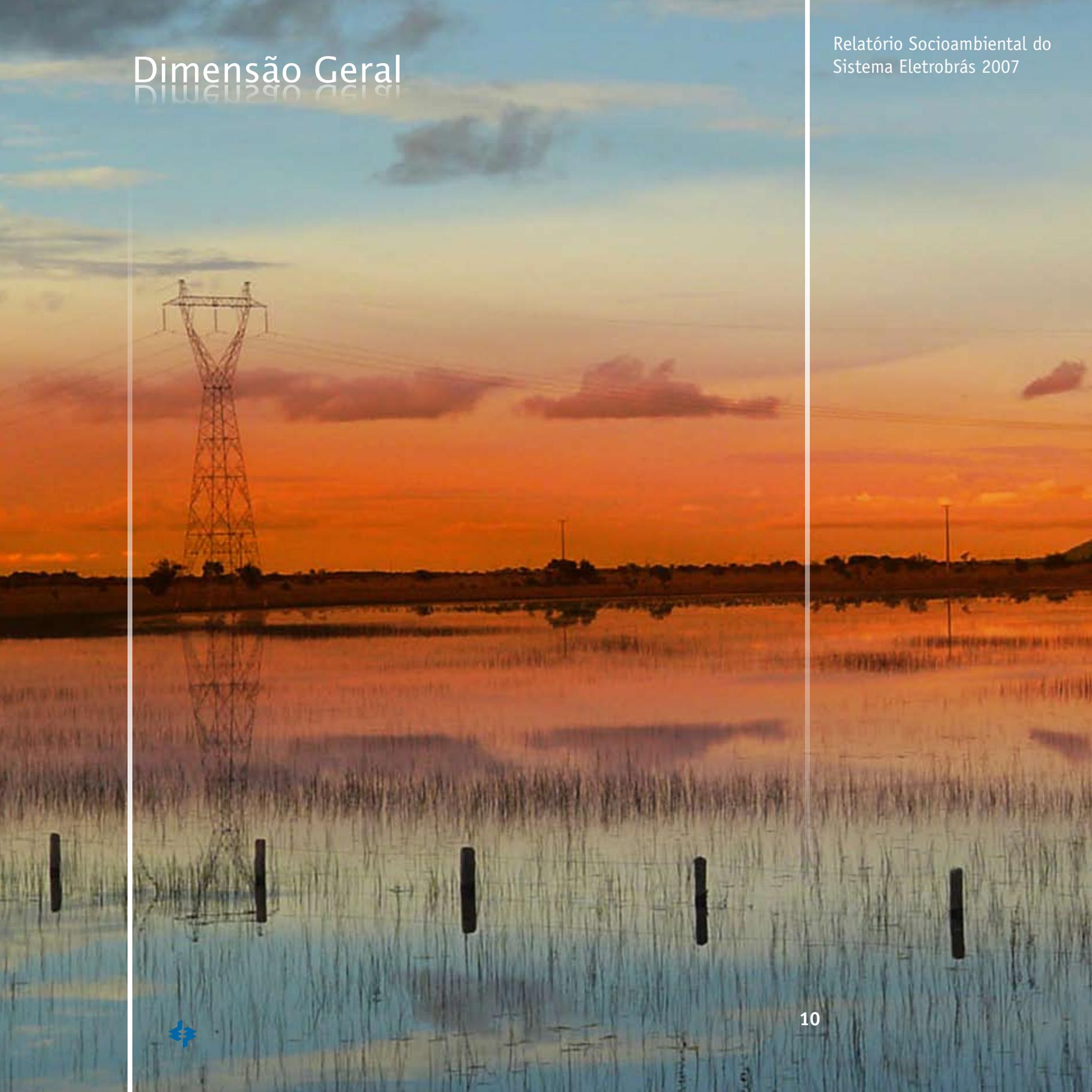


Índice

Índice



Dimensão Geral	10
Perfil	11
Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade.....	36
Indicadores Sociais Externos	37
Sistemas de Gestão e o Diálogo com as Partes Interessadas	40
Dimensão Governança Corporativa.....	46
O Modelo de Governança Corporativa	47
Dimensão Econômico-Financeira	54
Desempenho Econômico-Financeiro	55
Indicadores Econômico-Financeiros	58
Indicadores Adicionais	59
Dimensão Social e Setorial	60
Gestão de Pessoas no Sistema Eletrobrás.....	61
Indicadores Sociais Internos	68
Relacionamento com os Fornecedores	71
O Sistema Eletrobrás e o Investimento	73
Social nas Comunidades.....	73
Os Programas de Energia.....	80
Dimensão Ambiental.....	90
Gerenciando o Meio Ambiente	91
Indicadores de Meio Ambiente.....	107
Anexos	108
Balanço Social da Eletrobrás	110
Balanço Social do Sistema Eletrobrás.....	112

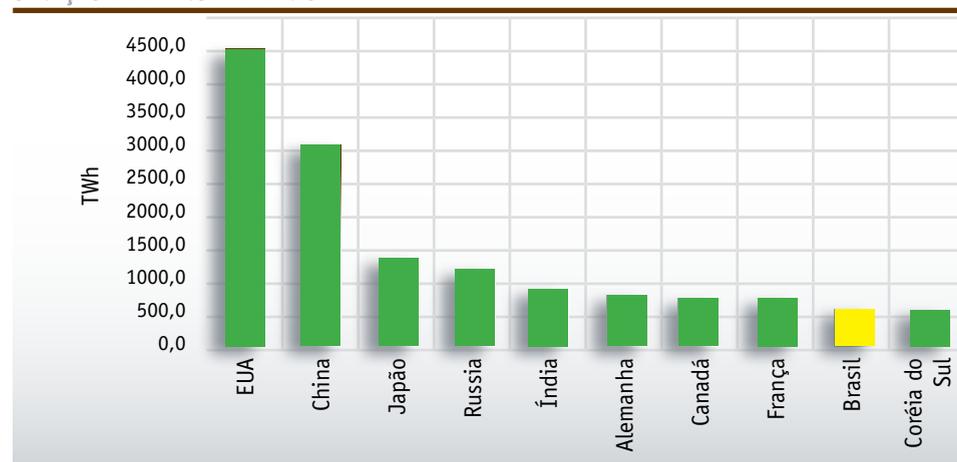


CONTEXTO DO SETOR ELÉTRICO

No ano de 2007, o Sistema Elétrico Brasileiro gerou um total de 399,31 GWh, ocupando o 9º lugar em geração de energia elétrica no mundo. Este montante é transmitido por 86.067 quilômetros de linhas de transmissão, isto é, de transporte de energia em alta tensão, dos centros geradores aos centros de carga, não sendo computadas as malhas de transmissão que distribuem a energia ao consumidor final.

O Sistema Elétrico atende cerca de 98,2% da população, sendo o serviço de maior abrangência nos domicílios brasileiros.

GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

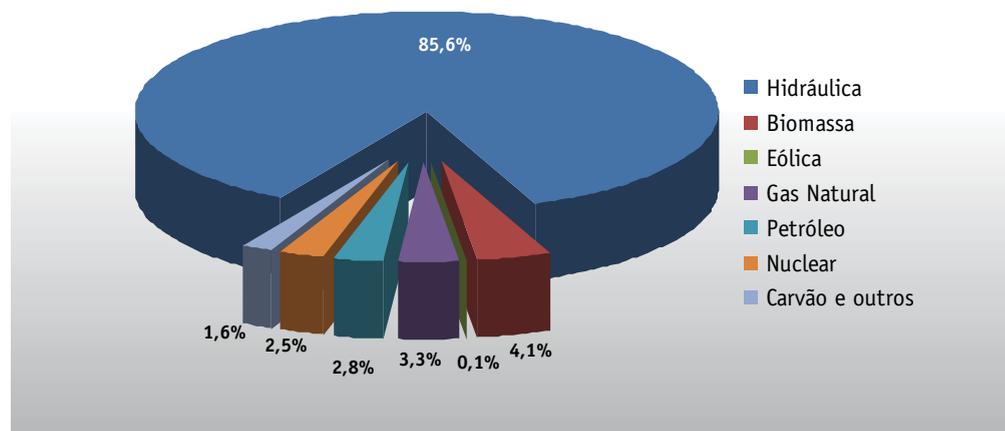


Fonte: EPE

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica por conta das características geográficas do país. O Brasil detém 15% das reservas mundiais de água doce disponíveis, sendo 70% desses recursos concentrados na região Norte (Amazônia), 15% na região Centro – Oeste e aproximadamente 12% no Sul e Sudeste do país. Rios perenes e de grande vazão de água são característicos da geografia do país, constituindo importante aspecto para construção de usinas hidrelétricas.

A geração de energia elétrica a partir da hidreletricidade constitui importante vantagem competitiva ao país. Trata-se de uma fonte renovável e limpa. Esse tipo de vantagem torna-se ainda mais clara, quando posta em comparação com as fontes de geração de energia por meio de combustíveis fósseis, preponderante na maioria dos países no mundo.

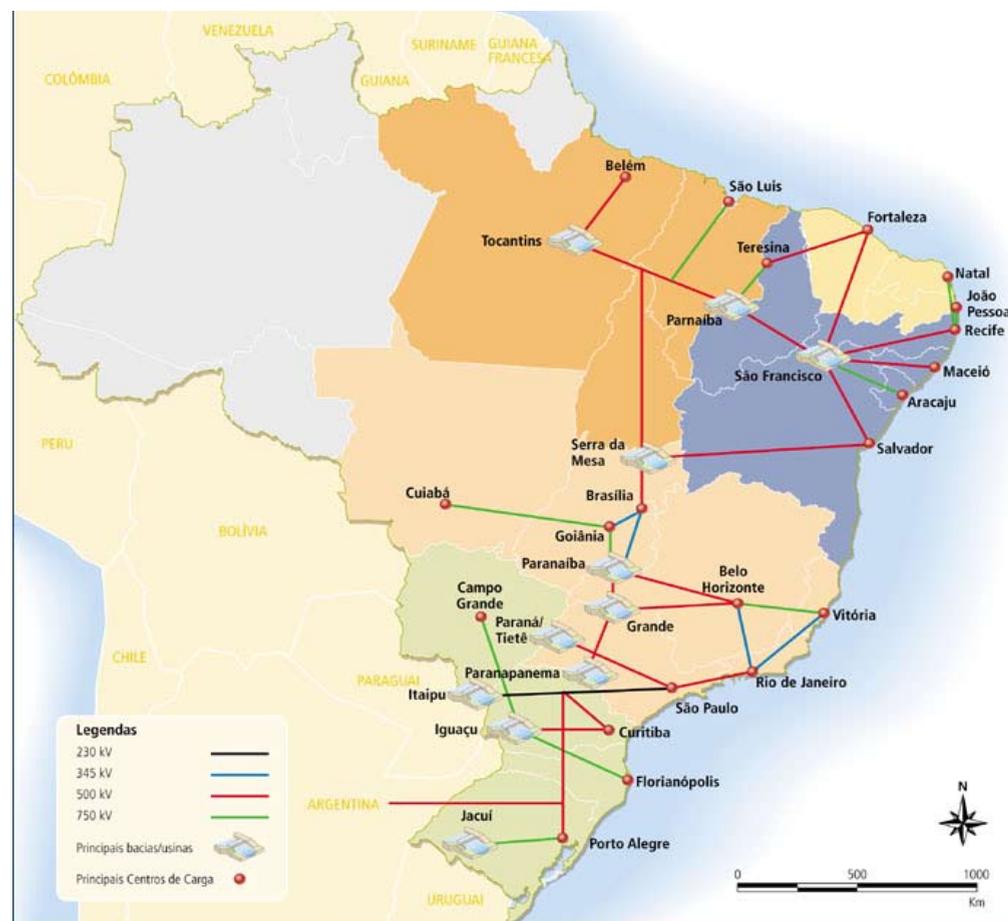
MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA



Fonte: EPE

Sistema Interligado Nacional

Entretanto, as grandes distâncias entre os centros geradores e os centros consumidores de energia elétrica constituem um permanente desafio que demanda a construção de extensos sistemas de transmissão. Por meio do SIN – Sistema Interligado Nacional – objetiva-se a otimização da geração de energia no Sistema Elétrico Brasileiro, pois, através do aproveitamento das águas armazenadas nos reservatórios das várias hidrelétricas espalhadas pelo país, regula-se a vazão dos rios e, assim, exporta-se energia das regiões que sofrem um período úmido para as que, no mesmo momento, sofrem um período de escassez de chuva, por exemplo.



Fonte: Operador Nacional dos Sistemas Elétricos - ONS. 2003.
Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/Atlas/aspectos_institucionais/2_1_1.htm>



A operação deste sistema é realizada de forma centralizada pela ONS – Operador Nacional do Sistema e é formado pelas empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste Nordeste e parte da região Norte. Apenas 3,4% da capacidade de produção de eletricidade do país encontra-se fora do SIN, em pequenos sistemas isolados formados predominantemente por termelétricas.

Consumo

O consumo de energia elétrica é considerado um importante indicador da evolução econômica de uma região ou país, uma vez que eletricidade está relacionada diretamente a quase todas as atividades produtivas.

Com a economia aquecida, representada pela alta de 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB), o consumo de energia elétrica apresentou crescimento de 6,9% em relação ao ano de 2006 segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Ainda de acordo com a EPE, quanto à estratificação por setores de atividade, em especial na indústria, nos transportes, no setor agropecuário e no setor comercial, o aumento do consumo superou 6% no comparativo a 2006.

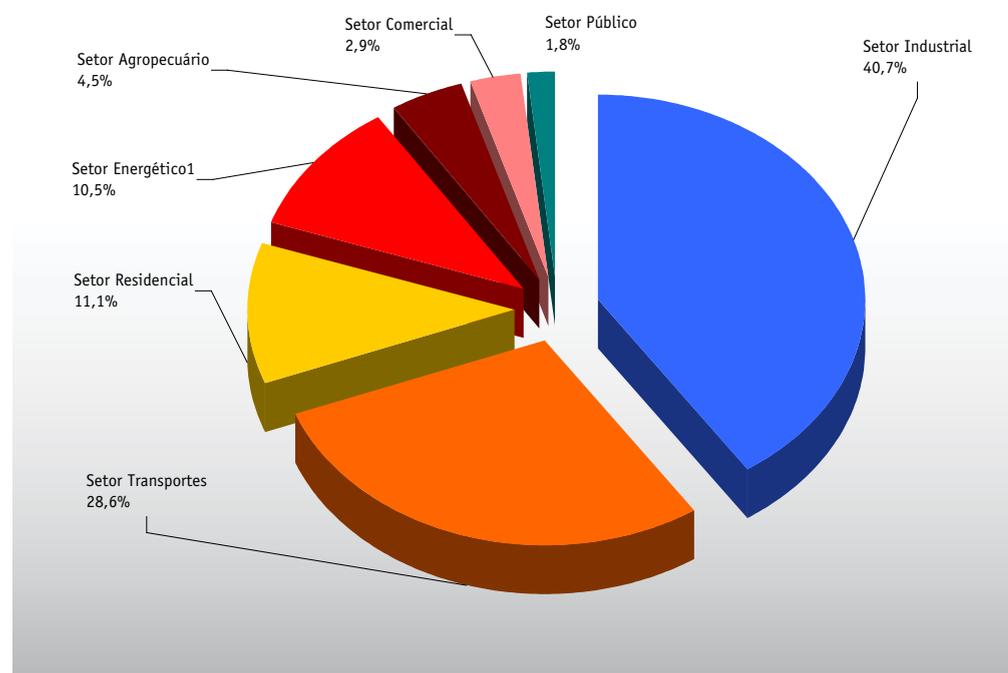
Consumo Final Energético por Setor	Unidade: 10 ³ tep		
	2007	2006	Δ%
Setor Industrial	81.915	76.757	6,7%
Setor Transportes	57.621	53.270	8,2%
Setor Residencial	22.271	22.090	0,8%
Setor Energético ¹	21.049	18.823	11,8%
Setor Agropecuário	9.062	8.550	6,0%
Setor Comercial	5.935	5.545	7,0%
Setor Público	3.557	3.453	3,0%
Total	201.410	188.488	6,9%

¹ Setor energético agrega os centros de transformação e/ou processos de extração e transporte interno de produtos energéticos, na forma final

Fonte: EPE

Assim, o consumo da indústria representou em 2007, 40,6% do total de energia elétrica consumida no país, seguido pelo setor de transportes (28,3%), residencial (11,2%) e energético (10,7%).

ESTRATIFICAÇÃO DO CONSUMO NO PAÍS



Fonte: EPE

CONHECENDO O SISTEMA ELETROBRÁS

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás é a maior empresa do setor de energia elétrica da América Latina. Criada com a atribuição de promover estudos e projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações, a Eletrobrás vem contribuindo decisivamente para a expansão da oferta de energia elétrica e para o desenvolvimento do Brasil.

Embora a sua criação tenha sido proposta ao Congresso Nacional, em 1954, a instalação oficial da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás somente ocorreu no dia 11 de junho de 1962, em sessão solene do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Rio de Janeiro, com a presença do presidente João Goulart.

A Eletrobrás é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Madri e Nova Iorque. O governo federal possui 54% das suas ações ordinárias, detendo, portanto, o seu controle acionário. Possui, ainda, 15,7% das ações preferenciais, cuja maioria — 84,3% — está em mãos privadas.

Na condição de *holding*, a Eletrobrás lidera um sistema composto por seis empresas subsidiárias: Chesf, Furnas, Eletrosul, Eletronorte, CGTEE e Eletronuclear e pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel, e ainda possui metade do capital da Itaipu Binacional.

O Sistema Eletrobrás conta com uma capacidade instalada de produção de 39.753 MW – 39,6% do total nacional –, distribuída em 30 usinas hidrelétricas, 15 termelétricas e duas usinas nucleares. As linhas de transmissão somam 56.789 quilômetros, o que representa 63% da malha brasileira.

A empresa atua de forma integrada, com políticas e diretrizes definidas pelo Conselho Superior do Sistema Eletrobrás - Consise, que se reúne regularmente, formado pelos presidentes das empresas do Sistema.

A Eletrobrás dá suporte a programas estratégicos do governo, como o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa, o Programa Luz para Todos e o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel.

Com as reformas institucionais e as privatizações na década de 1990, a Eletrobrás também passou a atuar, transitoriamente, na distribuição de energia elétrica, por meio das empresas distribuidoras: Ceal (Alagoas), Ceam (Amazonas), Cepisa (Piauí), Ceron (Rondônia) e Eletoacre (Acre), controladas diretamente pela *holding*, e Boa Vista Energia e Manaus Energia, controladas pela Eletronorte. Em 2004, a nova regulamentação do setor elétrico excluiu a Eletrobrás do Programa Nacional de Desestatização (PND).

As reformas mudaram perfil histórico da Eletrobrás e trouxeram novos desafios internos e externos, que estão, agora, sendo adequadamente equacionados. Com a abertura e expansão do mercado de energia e os novos parâmetros definidos em 2004 para superar os problemas dos primeiros esforços de reforma do modelo estatal, a Eletrobrás tem enfrentado o desafio de ser a principal instituição do governo federal no setor elétrico e ampliar o seu papel de investidora e de agente de desenvolvimento socioeconômico, atuando de acordo com os princípios da responsabilidade socioambiental.

Ao longo dos anos, a Eletrobrás adquiriu características de *holding*, tornando-se controladora de diversas empresas de energia elétrica.

As empresas dedicadas exclusivamente à geração e à transmissão de energia fazem parte do papel projetado para a Eletrobrás na construção da infra-estrutura energética para o desenvolvimento brasileiro, desde a sua fundação, e são aqui denominadas de “empresas controladas”.

A Eletrobrás também controla empresas de menor porte, voltadas eminentemente para a distribuição, que não foram privatizadas nos anos 90. Constituem-se em unidades empresariais com um perfil bastante diversificado, sob vários aspectos, e são aqui denominadas de “empresas federais de distribuição”.

Além disso, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel da Eletrobrás é o maior centro de pesquisa de energia elétrica do Hemisfério Sul e recebe investimentos das empresas controladas e da *holding*.

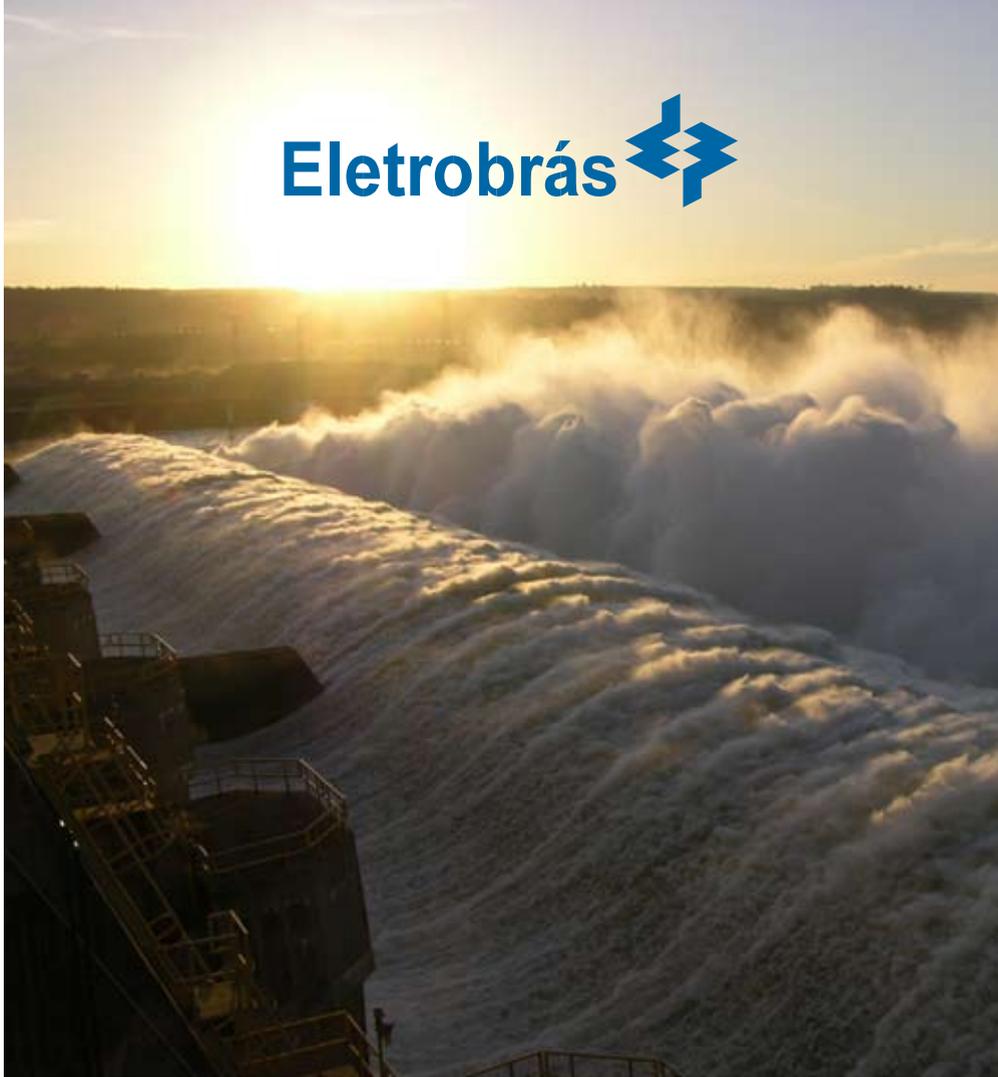
Distribuídas pelo território nacional, todas essas unidades formam o que hoje se define como Sistema Eletrobrás.

Nas áreas de geração e transmissão as seguintes empresas são subsidiárias da Eletrobrás:

- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte);
- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE)
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf);
- Eletrobrás Termonuclear S.A (Eletronuclear);
- Eletrosul Centrais Elétricas S.A;
- Furnas Centrais Elétricas S.A
- Itaipu Binacional¹.

1 A Eletrobrás é detentora de metade do capital da Itaipu Binacional.





Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás

Razão Social:	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás
Natureza:	Sociedade anônima de economia mista.
Criação:	11 de junho de 1962
Sede:	Brasília - DF.
Escritório Central	Rio de Janeiro – RJ
Área de Atuação:	Todos os Estados do Brasil.
Atividades:	Holding do Sistema Eletrobrás Criar, ofertar e implementar soluções que atendam aos mercados nacional e internacional de energia elétrica, atuando com excelência empresarial, com rentabilidade e responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países em que venha a atuar..
Missão:	
Visão:	Ser referência mundial no negócio de energia elétrica com eficiência empresarial, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental.
Princípios e Valores:	Ética, integração, comprometimento, valorização das pessoas, excelência na gestão, transparência e responsabilidade Social e Ambiental.





Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte

Razão Social:	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
Natureza:	Sociedade anônima de economia mista.
Criação:	20 de junho de 1973.
Sede:	Brasília – DF.
Área de Atuação:	Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.
Atividades:	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
Empreendimentos	Quatro usinas hidrelétricas, seis termelétricas
Potência Instalada	9.787 megawatts
Linhas de Transmissão	10.448 quilômetros
Fonte de Energia	Hidráulica e Térmica
Missão:	Atuar no negócio de energia elétrica com rentabilidade e responsabilidade socioambiental, contribuindo para o desenvolvimento do país.
Visão:	Com energia e comprometimento, ser uma empresa sustentável, referencial de excelência e valorizada pela sociedade.
Princípios e Valores:	Excelência na gestão, valorização das pessoas, comprometimento, aprendizado contínuo, empreendedorismo, ética e transparência.



Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE

Razão Social:	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
Natureza:	Sociedade de economia mista.
Criação:	28 de julho de 1997.
Sede:	Porto Alegre – RS.
Área de Atuação:	Rio Grande do Sul.
Atividade:	Geração de energia elétrica.
Empreendimentos	Três usinas termelétricas
Potência Instalada	490 megawatts
Fonte de Energia	Térmica
Missão:	Consolidar e expandir a geração térmica de energia elétrica, com confiabilidade, competitividade e responsabilidade social e ambiental, promovendo o desenvolvimento.
Visão:	Ser, em 2012, a referência nacional de geração de energia térmica convencional, com diversidade de fontes de combustível, com ênfase ao aproveitamento do carvão mineral e triplicando a capacidade instalada.
Princípios e Valores:	Ética, integração, comprometimento, valorização das pessoas, Confiabilidade, excelência na gestão, transparência, responsabilidade social e ambiental.

Chesf

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco



Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf

Razão Social:	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
Natureza:	Sociedade de economia mista.
Criação:	Decreto-Lei n.º 8.031, de 3 de outubro de 1945.
Constituição:	15 de março de 1948, na 1ª Assembléia Geral de Acionistas.
Sede:	Recife – PE.
Área de Atuação:	Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.
Atividades:	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.
Empreendimentos	14 usinas hidrelétricas, 1 usina termelétrica (biocombustível)
Potência Instalada	10.618 megawatts
Linhas de Transmissão	Mais de 18 mil quilômetros
Fonte de Energia	Hidráulica e Térmica
Missão:	Produzir, transmitir e comercializar energia elétrica com qualidade e rentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do Nordeste e do Brasil.
Visão:	Ser empresa líder no Setor Elétrico, competitiva e valorizada pela sociedade.
Princípios e Valores:	Satisfação dos clientes, valorização da empresa e dos seus empregados, satisfação do acionista, preservação da ética nas relações sociais e comerciais e respeito ao meio ambiente.





ELETRONUCLEAR



Eletronuclear S.A. - Eletronuclear

Razão Social:	Eletronuclear S.A. - Eletronuclear
Natureza:	Sociedade de economia mista.
Criação:	Decreto de 23 de maio de 1997, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, e Portarias de 31 de julho de 1997, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, a partir da fusão entre a antiga Diretoria Nuclear de Furnas Centrais Elétricas S.A. e a Nuclebrás Engenharia e Serviços S.A. (Nuclen).
Sede:	Rio de Janeiro – RJ.
Área de Atuação:	Rio de Janeiro.
Atividade:	Geração de energia elétrica.
Empreendimentos	duas usinas termonucleares
Potência Instalada	2.007 megawatts
Fonte de Energia	Nuclear
Missão:	Atender à demanda de eletricidade do Sistema Elétrico Brasileiro, a partir de geração nuclear, com elevados padrões tecnológicos, de segurança, eficiência técnica e econômica e de responsabilidade social e ambiental, com crescente participação da indústria nacional.
Visão:	Ser a empresa nacional de referência na produção de energia elétrica, de fonte nuclear, com capacidade técnica para operar centrais nucleares, desenvolver engenharia de apoio, e incorporar, integrar e gerenciar projetos e processos de implantação de novas centrais, com elevados padrões de segurança, inovação, desempenho empresarial, responsabilidade social e ambiental.
Princípios e Valores:	Segurança, ética, cooperação e senso de propriedade, desenvolvimento pessoal, competitividade e responsabilidade socioambiental.



Eletrosul Centrais Elétricas - Eletrosul

Razão Social:	Eletrosul Centrais Elétricas
Natureza:	Sociedade de economia mista.
Criação:	23 de dezembro de 1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto 63.495, de 23/04/1969.
Sede:	Florianópolis – SC.
Área de Atuação:	Estados da Região Sul e Mato Grosso do Sul.
Atividades:	Transmissão e geração de energia elétrica e prestação de serviços de telecomunicação.
Empreendimentos	três usinas hidrelétricas e 10 pequenas centrais hidrelétricas
Linhas de Transmissão	Mais de 9.100 Quilômetros
Potência Instalada	130 Megawatts
Fonte de Energia	Hidráulica
Missão:	Assegurar a prestação de serviços integrados e associados à transmissão, geração e comercialização de energia elétrica, com padrões de excelência que atendam a todas as partes interessadas e contribuam para o desenvolvimento sustentável da sociedade.
Visão:	Eletrosul 2015: uma empresa sustentável e competitiva, padrão de excelência na prestação de serviços em energia elétrica.
Princípios e Valores:	Responsabilidade social, respeito e valorização do ser humano, atuação com inovação e liderança, respeito ao meio ambiente, atuação com ética e agregação de valor.



Furnas Centrais Elétricas S.A.

Razão Social:	Furnas Centrais Elétricas S.A.
Natureza:	Sociedade de economia mista.
Constituição:	Decreto 41.066, de 28 de fevereiro de 1957.
Sede:	Rio de Janeiro – RJ.
Área de Atuação:	Sudeste e Centro-Oeste, interligando oito estados e o Distrito Federal.
Atividades:	Geração e transmissão de energia elétrica.
Empreendimentos	11 usinas hidrelétricas e duas termelétricas
Linhas de Transmissão	19.728 quilômetros
Potência Instalada	8.737 Megawatts
Fonte de Energia Hidráulica e Térmica	Hidráulica
Missão:	Atuar como empresa do ciclo da energia elétrica, ofertando produtos a preços razoáveis e serviços adequados para melhorar a condição humana.
Visão:	Ser empresa de excelência no ciclo de energia elétrica contribuindo para o bem-estar da sociedade, o desenvolvimento tecnológico do país e a conservação do meio ambiente.
Princípios e Valores:	Ética, responsabilidade social e qualidade.



Itaipu Binacional

Razão Social:	Itaipu Binacional
Natureza:	Entidade de Direito Público Internacional.
Constituição:	Tratado de Itaipu – documento assinado em 1973.
Sede:	Foz do Iguaçu – Brasil e Cidade do Leste – Paraguai.
Área de Atuação:	Sul do Brasil e Paraguai.
Atividade:	Geração de energia elétrica.
Empreendimentos	Uma usina hidrelétrica
Potência Instalada	7.000 Megawatts
Fonte de Energia	Hidráulica
Missão:	Gerar energia elétrica de qualidade, com responsabilidade social e ambiental, impulsionando o desenvolvimento econômico, turístico e tecnológico, sustentável, no Brasil e no Paraguai.
Princípios e Valores:	Integração binacional, valores éticos, eficiência empresarial, gestão responsável, participativa e transparente, valorização dos recursos humanos, compromisso social e compromisso ambiental.



Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel

Criado em 1974, o Cepel é vinculado ao Sistema Eletrobrás e tem como principal objetivo a formação de uma infra-estrutura de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologia avançada em equipamentos e sistemas elétricos no país.

O Cepel também atua na disseminação do conhecimento, capacitando técnicos do setor elétrico, ajudando a criar e a consolidar a competência tecnológica brasileira e contribuindo para a melhoria da qualidade e da economicidade do suprimento de energia, em benefício da sociedade.

Maior instituição do gênero no Hemisfério Sul, possui um complexo de 30 laboratórios, sendo 20 instalados em sua sede, na Cidade Universitária, no Rio de Janeiro, e os outros dez, na sua unidade localizada em Adrianópolis, no município de Nova Iguaçu (RJ). Em seus laboratórios são realizados ensaios para a condução de projetos de pesquisa, ensaios de tipo, análises periciais e de conformidade para certificação. Vários destes laboratórios são pioneiros no Brasil e outros sem similares na América do Sul.

O Cepel desenvolve estudos e pesquisas que geram tecnologias para transmissão, permitindo, por exemplo, aumento da capacidade, redução das faixas de passagem e melhores traçados para instalação de linhas; monitoramento e diagnóstico de equipamentos, visando otimização de investimentos e segurança na operação; conservação e uso eficiente de energia; e metalurgia e materiais, como supercondutores.

Em 2007, o Cepel desenvolveu 102 projetos corporativos de P&D para as empresas do Sistema Eletrobrás, focados em linhas de pesquisa sobre otimização energética e meio ambiente, eficiência energética, fontes renováveis de energia e tecnologias especiais, instalações e equipamentos, sistemas elétricos e automação de sistemas.

Casa Solar Eficiente

A Casa Solar Eficiente, localizada nas instalações do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica da Ilha do Fundão, começou a operar a partir de julho de 1997, tendo mantido, desde então, uma média de, aproximadamente, 1.000 visitantes/ano, entre professores e alunos do Ensino Médio e universitários, profissionais e público em geral.

Um dos objetivos principais da Casa Solar Eficiente é servir como agente multiplicador de tecnologias para utilização de energia solar térmica e fotovoltaica, de técnicas de combate ao desperdício energético, bem como de pesquisa do funcionamento integrado dessas tecnologias de grande impacto social. Na casa realizam-se, periodicamente, diversos cursos de treinamento em energia solar para professores e profissionais de outras áreas.

Em 2007, a Casa continuou suas atividades e passou por uma reforma que modernizou seus equipamentos, permitindo melhorar o atendimento de seu público.



Empresas Federais de Distribuição

Na área de distribuição, assumida quando da política de privatização nos anos 90, a Eletrobrás controla as seguintes empresas de distribuição:

- Boa Vista Energia S.A.²;
- Centrais Elétricas de Rondônia S.A. (Ceron);
- Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre);
- Companhia Energética de Alagoas (Ceal);
- Companhia Energética do Amazonas (Ceam);
- Companhia Energética do Piauí (Cepisa);
- Manaus Energia S.A. (Mesa)

2 A Boa Vista Energia e a Manaus Energia são controladas por intermédio da Eletronorte.





Boa Vista Energia

Razão Social:	Boa Vista Energia S.A.
Natureza:	Sociedade Anônima Fechada – Empresa Pública.
Constituição:	23 de dezembro de 1997.
Sede:	Boa Vista – RR.
Área de Atuação:	Estado de Roraima.
Atividade:	Distribuição de energia elétrica.
Rede de Distribuição	1.933 quilômetros
Missão:	Distribuir e comercializar energia elétrica em Roraima com qualidade e confiabilidade, interagindo com a sociedade e respeitando o meio ambiente.
Visão:	Ser a melhor empresa de distribuição do setor elétrico brasileiro.
Princípios e Valores:	Valorização das pessoas, respeito ao meio ambiente, excelência na gestão, qualidade, integração, responsabilidade social, comprometimento, criatividade, segurança, transparência, aprendizado contínuo e foco no cliente.





Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron

Razão Social:	Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
Natureza:	Sociedade anônima de economia mista.
Constituição:	Lei n.º 5.523, de 4 de novembro de 1968, sob o controle acionário do governo do então Território Federal de Rondônia.
Sede:	Porto Velho – RO
Área de Atuação:	Estado de Rondônia.
Atividade:	Distribuição de energia elétrica.
Rede de Distribuição	40.415 quilômetros
Missão:	Distribuir energia elétrica aos consumidores do Estado de Rondônia através do atendimento aos padrões determinados pelo órgão regulador; da expansão e exploração de sua rede de distribuição de forma planejada; da administração otimizada dos recursos econômicos e da comercialização racional e eficiente do produto.
Visão:	Ser reconhecida pela qualidade no fornecimento de energia elétrica a um preço justo, ética em suas relações institucionais e comerciais, e pela utilização de soluções inovadoras para enfrentar os desafios da região.
Princípios e Valores:	Satisfação dos clientes; integridade nas relações, excelência dos serviços; atendimento aos anseios do acionista; ser indutora do desenvolvimento do estado de Rondônia; ser transparente nas relações com clientes, acionistas, empregados, fornecedores, a comunidade e agentes governamentais; satisfação, valorização e reconhecimento profissional; satisfação dos fornecedores; zelar pelo cumprimento da legislação e manter excelente relacionamento com os agentes governamentais.



Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre

Razão Social:	Companhia de Eletricidade do Acre
Natureza:	Empresa pública de economia mista.
Constituição:	criada pela Lei Estadual n.º 60, de 17 de dezembro de 1965. Foi constituída, mediante escritura pública, em 20 de abril de 1966, e autorizada a funcionar como empresa concessionária de serviços públicos de energia elétrica para o estado do Acre, em 20 de agosto de 1968, pelo Decreto Federal n.º 63.121.
Sede:	Rio Branco – AC
Área de Atuação:	Estado do Acre.
Atividade:	Distribuição de energia elétrica.
Rede de Distribuição	7.174 quilômetros
Missão:	Prestar serviço de energia elétrica com excelência, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dentro da sua área de atuação.
Visão:	Ser a melhor empresa de energia elétrica na Amazônia, garantindo a satisfação dos clientes, acionistas, empregados e sociedade.
Princípios e Valores:	Comprometimento, foco nos clientes, segurança, eficácia, eficiência, ética, valorização das pessoas, justiça, transparência e comunicação e responsabilidade social.





Companhia Energética de Alagoas - Ceal

Razão Social:	Companhia Energética de Alagoas
Natureza:	Sociedade anônima de economia mista.
Constituição:	Em 1960, sob a denominação Companhia de Eletricidade de Alagoas.
Sede:	Maceió – AL.
Área de Atuação:	Estado de Alagoas.
Atividade:	Distribuição de energia elétrica.
Rede de Distribuição	37.563 quilômetros
Missão:	Fornecer energia elétrica com qualidade, rentabilidade e eficiência, de modo a proporcionar satisfação e desenvolvimento à sociedade.
Visão:	Ser reconhecida entre as três melhores empresas de distribuição de energia elétrica do Nordeste.
Princípios e Valores:	Responsabilidade socioambiental; transparência, integridade e ética; compromisso com a qualidade e a eficiência; comprometimento profissional; segurança e bem-estar dos colaboradores; valorização profissional.



Companhia Energética do Amazonas - Ceam

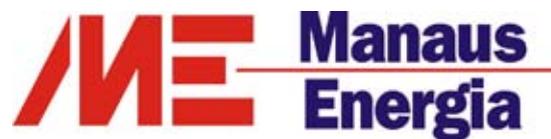
Razão Social:	Companhia Energética do Amazonas
Natureza:	Sociedade de economia mista.
Constituição:	Lei Estadual n.º 35, de 31 de julho de 1963, com a denominação de Centrais Elétricas do Amazonas (Celetramazon).
Sede:	Manaus – AM
Área de Atuação:	Interior do estado do Amazonas.
Atividade:	Distribuição de energia elétrica.
Rede de Distribuição	4.508 quilômetros
Missão:	Atender, com excelência, o mercado de energia elétrica na sua área de atuação, contribuindo para o desenvolvimento da Amazônia.
Visão:	Ser reconhecida pela sociedade como uma empresa de excelência no negócio de energia elétrica.
Princípios e Valores:	Foco nos clientes, valorização das pessoas, responsabilidade social, comportamento ético, respeito ao meio ambiente; segurança, comprometimento, zelo pelo patrimônio e excelência na gestão.





Companhia Energética do Piauí - Cepisa

Razão Social:	Companhia Energética do Piauí
Natureza:	Empresa de economia mista
Constituição:	8 de agosto de 1962
Sede:	Teresina – PI
Área de Atuação:	Estado do Piauí
Atividade:	Distribuição de energia elétrica.
Rede de Distribuição	39.218 quilômetros
Missão:	Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do estado do Piauí e do Nordeste do Brasil, oferecendo soluções em energia e serviços correlatos, com qualidade e competitividade.
Visão:	Ser reconhecida pela sociedade e seus clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços, como uma empresa referência pela excelência dos serviços prestados, responsabilidade social e ambiental, cumprimento de seus compromissos e respeito e valorização do ser humano.
Princípios e Valores:	Foco no cliente, responsabilidade social, responsabilidade ambiental, valorização e respeito aos empregados, excelência na gestão, ética, segurança, qualidade dos serviços prestados, legalidade, criatividade, aprendizado contínuo, comprometimento, integração, equilíbrio econômico-financeiro e transparência.



Manaus Energia S.A.

Razão Social:	Manaus Energia S.A.
Natureza:	Sociedade por ações de capital fechado e de direito privado.
Constituição:	Em 23 de dezembro de 1997, a partir da cisão dos bens e atividades da Eletronorte no Estado do Amazonas, especificamente na cidade de Manaus
Sede:	Manaus – AM.
Área de Atuação:	Cidade de Manaus.
Atividade:	Distribuição de energia elétrica.
Rede de Distribuição	5.159 quilômetros
Missão:	Atender, com excelência, o mercado de energia elétrica na sua área de atuação, contribuindo para o desenvolvimento da Amazônia.
Visão:	Ser reconhecida como uma empresa de excelência no negócio de energia elétrica.
Princípios e Valores:	Foco nos clientes, valorização das pessoas, responsabilidade social, comportamento ético, respeito ao meio ambiente; segurança e excelência na gestão.



Indicadores de Desempenho Operacional e de Produtividade

INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL E DE PRODUTIVIDADE

Dados Técnicos	2007	2006
Número Total de Consumidores Atendidos	2.868.792	2.724.847
Número de Localidades Atendidas (municípios)	579	575
Número de Empregados Próprios	20.351	19.098
Número de Empregados Terceirizados	1.878	2.081
Ligações Realizadas - Urbanas	300.403	272.817
Ligações Realizadas - Rurais	50.803	55.055
Energia Requerida (MWh)	16.868.794	15.677.112
Energia Adquirida (MWh)	16.907.959	15.829.582
Geração Própria (MWh)	2.459.186	2.583.651
Geração de PIEs (MWh)	4.818.924	4.071.591
Perdas Técnicas/Comerc. (MWh)	5.890.317	5.295.800
Energia Vendida (MWh)	10.976.100	10.363.848
Subestações (em unidades)	249	235
Capacidade Instalada (MW)	39.753	ND
Linhas de Transmissão (em Km)	56.789	ND
Rede de Distribuição (em Km)	113.562	105.396
Número de Consumidores por Empregado	3.594	3.767

Fonte: Eletrobrás/Relatório Anual 2007



EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

Clientes/ Consumidores

Atendimento ao consumidor	2007
Total de ligações atendidas (Call Center)	3.120.120
Número de atendimentos nos Escritórios Regionais	1.805.751
Número de atendimentos por meio da Internet	58.857
Reclamações em relação ao total de ligações atendidas (%)	58%

Observação: Não inclui dados da Ceam.



DEC E FEC DAS EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

EMPRESA	CERON			ELETROACRE			CEAM			
	Ano	2007	2006	2005	2007	2006	2005	2007	2006	2005
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) geral da empresa – Valor apurado		38,1	38,4	38,1	16,5	12,8	14,09	94,08	86,95	115,44
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) geral da empresa – Limite Aneel		47,97	51,3	54,7	78,46	82,57	86,53	127,32	174,36	185,04
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) geral da empresa – Valor apurado		52,3	42,9	48,9	22,02	18,87	23,1	110,26	98,47	118,2
Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), geral da empresa – Limite Aneel		49,12	52,62	54,5	64,26	68,03	71,73	128,16	128,4	136,2



CEPISA			MESA			CEAL			BOA VISTA		
2007	2006	2005	2007	2006	2005	2007	2006	2005	2007	2006	2005
45,04	51,67	52,21	44,42	29,21	41,36	20,99	24,53	23,22	12,52	12,3	16,48
32,71	34,59	34,27	28,62	26	16	21,2	21,2	21,2	14	14	8
36,92	40,44	44,99	26,3	24,59	28,02	17,24	18,04	18,55	38,88	29,77	42,63
27,2	27,38	27,1	24,1	18	16	22,16	22,16	22,16	25	25	20

POLÍTICAS E DIRETRIZES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO SISTEMA ELETROBRÁS

Diretrizes de Responsabilidade Socioambiental da Eletrobrás

As diretrizes a seguir contêm uma relação das responsabilidades que a Eletrobrás tem para com os parceiros e para com as comunidades em que atua. Essas diretrizes transformam a Visão, a Missão e os Valores da empresa em atitudes, comportamentos e práticas de gestão, ou seja, em cultura organizacional, fortalecendo o papel da Eletrobrás na sociedade como empresa indutora do desenvolvimento sustentável.

Princípios Gerais

- Orientar as ações do programa de responsabilidade social e ambiental da Eletrobrás, percebendo-o presente em todas as relações da empresa com as suas partes interessadas: acionistas, empresas do Sistema Eletrobrás, público interno (empregados e prestadores de serviço), fornecedores, meio ambiente, comunidade, sociedade civil organizada e governo.
- Facilitar o entendimento do conceito de responsabilidade social e ambiental e da abrangência do programa de responsabilidade social da Eletrobrás.
- Atuar de forma coordenada e integrada com as diferentes áreas, níveis e focos da empresa — tais como P&D, meio ambiente, gestão de pessoas, planejamento e outras —, considerando as diretrizes da responsabilidade social e ambiental.
- Atuar em parceria com os programas corporativos de energia elétrica — tais como o Luz para Todos, o Procel e o Reluz — potencializando resultados que promovam a inclusão social.

Princípios Inaceitáveis

- Utilização do patrimônio tangível e/ou intangível da empresa para favorecimento a partidos políticos.
- Utilização do patrimônio tangível e/ou intangível da empresa para favorecimento particular a qualquer um de seus membros e/ou ao interesse privado de terceiros.
- Todo e qualquer tipo de discriminação, seja de natureza econômica, social, política, racial, sexual ou religiosa, assédio moral e sexual, intimidação e constrangimento.
- Utilização e/ou contratação de empresas que explorem mão-de-obra infantil.
- Utilização e/ou contratação de empresas que utilizem ou apóiem o trabalho escravo.
- Relação com as partes interessadas

Relação com os Acionistas

- A Eletrobrás deve ser proativa na disponibilização de informações ao mercado.
- Anualmente, a Eletrobrás deve conceber, publicar e apresentar aos seus acionistas o seu balanço social, descrevendo as políticas, programas, ações e resultados de seu programa de responsabilidade social.

Relação com as empresas do Sistema Eletrobrás

- A Eletrobrás deve liderar a concepção, a disseminação e o monitoramento de uma Política de Responsabilidade Social do Sistema Eletrobrás, propiciando às suas empresas uma referência para a ação — em termos de metodologia e linguagem comum —, articulando-as e promovendo iniciativas integradas para a sua implementação.
- A Eletrobrás deverá disseminar, apoiar e acompanhar a implementação de ações de responsabilidade social na prática de gestão das empresas do Sistema.

Relação com o Público Interno

- A Eletrobrás trata com especial respeito os seus profissionais, inclusive os prestadores de serviço, preservando-lhes a integridade física, moral, mental e psicológica.
- A Eletrobrás deve criar e/ou estimular a utilização dos canais de comunicação existentes, visando fortalecer a motivação e o comprometimento de seus empregados através do estímulo à manifestação de idéias.
- Em conjunto com os empregados, a Eletrobrás deve propiciar um ambiente de trabalho adequado, visando o bem-estar, a segurança, a saúde, a higiene e a produtividade.
- A Eletrobrás reconhece a legitimidade das associações e entidades de classe e a priorização da negociação para resolver conflitos de interesse, mantendo um relacionamento respeitoso com os representantes dessas organizações.
- Os direitos constitucionais da sua força de trabalho devem ser respeitados e cumpridos.

Relação com os fornecedores

- A Eletrobrás deve adotar processos de contratação imparciais e transparentes, zelando pela qualidade e viabilidade econômica dos serviços contratados e dos produtos adquiridos.
- A Eletrobrás deve observar no processo de contratação de fornecedores, os requisitos relacionados com a utilização de práticas de responsabilidade social e ambiental em sua cadeia produtiva.
- Só serão contratados fornecedores que não utilizem mão-de-obra infantil e trabalho escravo, que obedeçam à legislação trabalhista e respeitem a legislação ambiental do país.



Relação com a comunidade e a sociedade

- A Eletrobrás dispensará especial atenção aos impactos sociais, econômicos e ambientais causados pelos seus empreendimentos elétricos, implementando programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.
- A Eletrobrás deve conceber e formalizar um sistema de gestão para monitorar as suas relações com as comunidades atingidas pelos seus empreendimentos, visando traduzir os princípios de gestão responsável em ações práticas.
- A Eletrobrás mantém canais permanentes de comunicação, diálogo e negociação com a sociedade e com as comunidades nas quais atua, com o objetivo de avaliar, controlar e monitorar os impactos de suas atividades, buscando sempre antecipar-se às suas demandas.
- A decisão pela associação a uma entidade empresarial deve ser motivada pela busca do bem-estar coletivo e não pela busca de benefícios individuais.
- A Eletrobrás deve buscar conhecer o trabalho das organizações locais da sua área de atuação e apoiar projetos específicos, como também, participar da vida associativa local.
- A Eletrobrás apoiará projetos de responsabilidade social priorizando as seguintes linhas de atuação:
 - Educação e qualificação profissional de jovens e adultos;
 - Geração de emprego e renda para jovens e adultos;
 - Atendimento às comunidades atingidas pelos empreendimentos das empresas.

Relação com o governo:

- A Eletrobrás compromete-se a atuar como parceira efetiva do governo na implementação de projetos e ações em complementaridade às políticas públicas constantes no plano plurianual do governo federal.

Relação com o meio ambiente:

- A incorporação da dimensão ambiental na cultura organizacional das empresas tem avançado muito, tendo resultado na implantação de processos de gestão ambiental e na criação de órgãos específicos com a competência de incorporar e gerenciar questões ambientais, desde o planejamento até a operação dos empreendimentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização da energia.
- A Política Ambiental do Sistema Eletrobrás – descrita no capítulo 18 - reflete a integração entre as empresas e a atuação do Sistema Eletrobrás no tocante ao meio ambiente.

Planejamento Estratégico Empresarial – Eletrobrás Holding

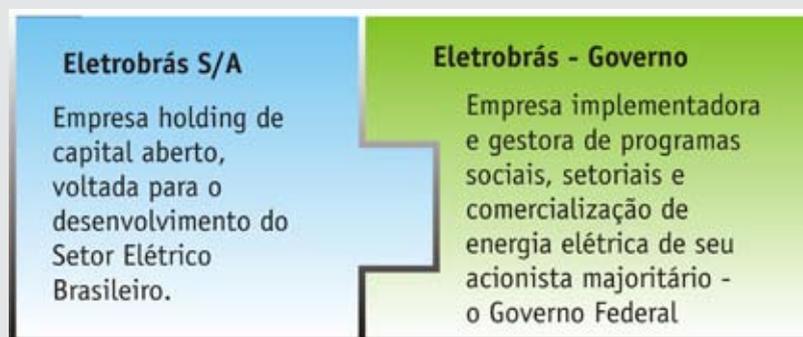
Disposta a ampliar e reforçar sua presença no cenário nacional e internacional, a Eletrobrás prosseguiu, em 2007, com o desenvolvimento e a implantação do seu primeiro Planejamento Estratégico Empresarial, buscando sintonia com as tendências do mundo corporativo contemporâneo.

A etapa inicial do Planejamento Estratégico constituiu-se na consolidação da identidade empresarial, desenvolvida ao longo de três sessões, sendo as duas primeiras com o corpo gerencial e a terceira com a presença de todos os colaboradores, viabilizando, de forma participativa, a obtenção de consenso em torno das definições de Missão, Visão e Valores da Eletrobrás.

Esses conceitos, que passam a nortear todas as ações da empresa, traduzem uma atenção permanente com a perspectiva socioambiental dos seus negócios, demonstrada por meio da estruturação, ampliação e consolidação das ações de responsabilidade social e ambiental.

Os dois eixos de atuação da Eletrobrás no mercado estão definidos a partir do seu Planejamento Estratégico Empresarial. A Eletrobrás se posiciona como uma empresa:

EIXOS DE NEGÓCIOS DA ELETROBRÁS



O resultado do Planejamento Estratégico pode ser expresso, através das quatro Macroorientações Estratégicas, aprovadas em dezembro de 2005, que sintetizam as diretrizes da Diretoria Executiva para as etapas posteriores do Planejamento Estratégico, explicitadas a seguir:

Macroorientações Estratégicas

<p>Obedecer, no desempenho da função de “empresa de capital aberto”, a critérios de governança corporativa, que assegurem maior eficiência à gestão das participações acionárias da Eletrobrás (majoritárias e minoritárias) e à análise de viabilidade e atratividade de novos investimentos, visando à maximização dos retornos financeiros.</p>	<p>Pautar-se, no desempenho de funções “de governo”, pela obtenção do equilíbrio econômico-financeiro da Eletrobrás para o cumprimento das metas estabelecidas por instrumentos legais, associando retorno institucional, visibilidade e valor de mercado à marca do Sistema.</p>
<p>Reavaliar a participação nas empresas federais de distribuição, considerando a especificidade de cada caso — aspectos regionais, sociais, legais, de gestão, econômicos e financeiros —, de modo a que sejam estruturadas, aprovadas e implementadas soluções que agreguem valor econômico aos resultados da Eletrobrás.</p>	<p>Atingir um elevado grau de conhecimento e de capacitação tecnológica através do desenvolvimento e da valorização do pessoal da Eletrobrás, buscando atender às novas demandas do ambiente competitivo.</p>

Fonte: Eletrobrás.

A responsabilidade social e ambiental é uma estratégia vinculada à macroorientação que associa o desempenho das funções de governo ao retorno institucional, visibilidade e valorização no mercado da marca do Sistema Eletrobrás.

Considerando que o tema responsabilidade social e ambiental deve permear todo o seu sistema de gestão, realiza-se um processo contínuo de sensibilização para a força de trabalho, apresentando-se o conceito e o modelo de gestão de responsabilidade social e ambiental da Eletrobrás.

A Sustentabilidade na Gestão do Sistema Eletrobrás

A temática socioambiental como eixo estratégico do Sistema Eletrobrás é representada pela formação do Comitê de Sustentabilidade Empresarial do Sistema Eletrobrás, subordinado diretamente à Diretoria Executiva, com o objetivo de desenvolver políticas e diretrizes que contemplem:

- o acompanhamento das ações de sustentabilidade no Sistema Eletrobrás;
- a análise e implementação de ferramentas de gestão sustentável reconhecidas internacionalmente no âmbito da Eletrobrás, bem como o acompanhamento e avaliação de resultados;
- a elaboração de planos de metas e de melhorias;
- a produção de relatórios de sustentabilidade, de acordo com padrões mundialmente aceitos, que contemplem o desempenho do Sistema Eletrobrás e possam ser usados como instrumentos de comunicação dos compromissos voluntários assumidos, como por exemplo, o Pacto Global;
- o atendimento aos requisitos do Pacto Global, do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE Bovespa) e do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI);
- ações de conscientização do público interno do Sistema Eletrobrás sobre a importância da responsabilidade socioambiental.

O Comitê é composto por representantes das empresas do Sistema, e seus grupos de trabalho são alocados segundo o conceito *triple bottom line*, nas dimensões econômica, ambiental e social. Esse Comitê discute temas correlatos à agenda de responsabilidade social e ambiental (valores, transparência e governança corporativa, público interno, meio ambiente, fornecedores, clientes e consumidores, comunidade e governo e sociedade), no sentido de inserir a questão socioambiental como elemento chave para as decisões estratégicas.





A Governança Corporativa compreende a adesão da empresa à princípios éticos, à transparência, à prestação de contas e aos valores que a governam. É o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre Acionistas/Cotistas, Conselhos de Administração, Diretorias, Auditorias Independentes e Conselhos Fiscais.

As boas práticas de Governança Corporativa têm a finalidade de aumentar o valor da sociedade, facilitar o seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

Eletrobrás Holding

Missão

Criar, ofertar e implementar soluções que atendam aos mercados nacional e internacional de energia elétrica, atuando com excelência empresarial, com rentabilidade e responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde venha a atuar.

Visão

Ser referência mundial no negócio de energia elétrica com eficiência empresarial, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental.

Valores

Buscar identificar os valores fundamentais que deverão nortear o comportamento da Eletrobrás, agora e no futuro, selecionando aqueles considerados mais relevantes e representativos de sua cultura organizacional, que refletem com fidelidade o perfil desejado pela empresa.

A convergência e a integração dos valores individuais com os valores eleitos pela Eletrobrás contribuem para assegurar o compromisso com os objetivos a serem perseguidos.

Os valores mais importantes da Eletrobrás, referências necessárias às atividades dos seus profissionais são:

- Ética;
- Integração;
- Comprometimento;
- Valorização das pessoas;
- Excelência na gestão;
- Transparência;
- Responsabilidade social e ambiental.

A Eletrobrás considera que a atuação profissional de acordo com esses Valores é a melhor garantia de seu compromisso com a criação de valor para seus acionistas e *stakeholders* e trabalha nesse sentido com todas as empresas do Sistema.



Código de Ética da Eletrobrás

O Código de Ética é o principal instrumento que orienta o desempenho das empresas nas atividades e interações com os seus públicos (internos e externos).

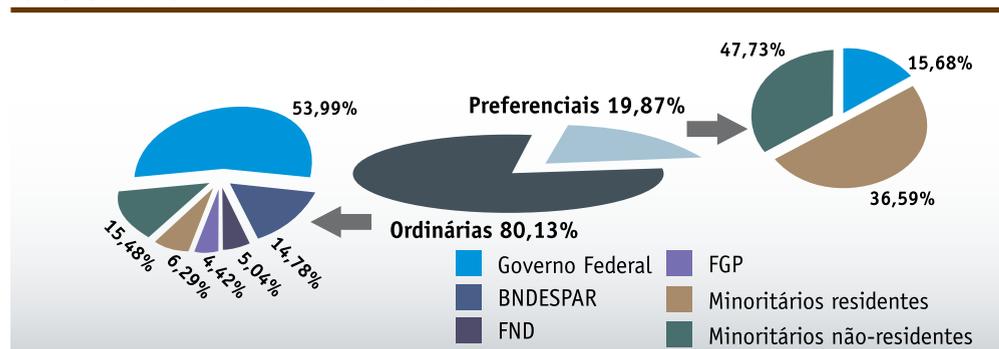
Com a preocupação de valorizar e ampliar a utilização de princípios éticos nas relações empresariais, a Eletrobrás publicou e distribuiu para todos os colaboradores, o seu Código de Ética, que tem como princípios norteadores: honestidade, justiça, respeito, lealdade, dignidade, responsabilidade, confiança e transparência.

O Código demonstra o compromisso com a ética na gestão pública e empresarial, norteando as relações estabelecidas entre a Eletrobrás e:

- seus empregados;
- seus empregados com a sociedade;
- seus empregados com parceiros, fornecedores e clientes;
- os acionistas e o mercado de capitais;
- o governo;
- a mídia.

O governo federal detém o controle acionário da Eletrobrás com 53,99% das suas ações ordinárias. Atualmente, as ações da empresa são negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Madri (Espanha) e Nova Iorque (EUA).

ESTRUTURA DE CAPITAL – DEZEMBRO 2007:



Fonte: Eletrobrás/Relatório Anual 2007

É privativo de brasileiros o exercício dos cargos integrantes da Administração da Eletrobrás. Os membros do Conselho de Administração devem ser acionistas, podendo os membros da Diretoria Executiva ser acionistas ou não, mostrando-se prescindível, em ambos os casos, a garantia de gestão prevista no artigo 148 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O Conselho de Administração é integrado por dez membros, de reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembléia Geral, que designa, entre eles, o presidente. Todos têm mandato de gestão com duração não-superior a três anos, admitida a reeleição. É assim constituído:

- I. sete conselheiros escolhidos entre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia;
- II. um conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma do artigo 61 da Lei n.º 9.649, de 27 de maio de 1998;
- III. um conselheiro eleito pelos acionistas minoritários, pessoas físicas e jurídicas de direito privado;
- IV. um conselheiro eleito em votação em separado na Assembléia Geral (excluído o acionista controlador) pelos acionistas titulares de ações preferenciais sem direito a voto, de emissão da Eletrobrás, que representem, no mínimo, dez por cento do capital social.

A Diretoria Executiva da Eletrobrás é composta pelo presidente, escolhido entre os membros do Conselho de Administração, e o colegiado de diretores.

As atividades dos administradores devem obedecer à legislação vigente e são regulamentadas pelo estatuto social da empresa, regimentos internos específicos, Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

O Conselho Fiscal, composto por cinco membros, também exerce importante papel na governança da Eletrobrás, considerando-se, além da sua função natural de fiscalização da gestão, o atendimento aos pressupostos da Lei Sarbanes-Oxley.

A Diretoria Executiva é um órgão colegiado que exerce os poderes de direção-geral da empresa, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

No âmbito de seu Planejamento Estratégico Empresarial, a Eletrobrás vem procurando aperfeiçoar os mecanismos de seleção dos seus representantes nos Conselhos de Administração e Fiscais das empresas nas quais detém a participação acionária. Tal preocupação estende-se aos requisitos necessários ao preenchimento do cargo, às obrigações desses conselheiros para com a Eletrobrás, a seus deveres e responsabilidades para com os conselhos que integram, ao oferecimento de assessoria qualificada e ao acompanhamento sistemático de sua atuação.

Desde 2006, a Eletrobrás é listada no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, o que implica em compromissos relativos à constante melhoria das suas práticas de governança corporativa, sobretudo no que se refere à ampliação dos direitos societários dos acionistas minoritários e à transparência na divulgação de informações, facilitando o acompanhamento de seu desempenho pelo mercado.

A Eletrobrás integra também a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE Bovespa), um indicador composto de ações emitidas por empresas que apresentam alto grau de comprometimento com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental, atuando como indutor das boas práticas de governança no meio empresarial brasileiro.

Adicionalmente, a organização participa das reuniões dos Grupos de Trabalho da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), criada pelo Decreto n.º 6.021, de 22.01.2007, que visa, entre outras metas, a promoção da eficiência na gestão, sobretudo quanto à adoção das melhores práticas de Governança Corporativa.

A Eletrobrás está em fase de conclusão da adaptação das demonstrações contábeis ao padrão US-GAAP, os ajustes atuariais, a realização do formulário 20-F e o mapeamento de controle da Lei Sarbanes-Oxley, o que permitirá o lançamento de seus *American Depositary Receipts* — Nível 2 na Bolsa de Nova Iorque, com impacto significativo sobre a liquidez de suas ações e sobre a sua imagem perante o mercado de investidores.





Pacto Global

Em 26 de julho de 2006, a Eletrobrás oficializou sua adesão aos princípios do Pacto Global, embora, desde 2005, suas atividades cotidianas já estivessem alinhadas a esses princípios.

A criação do Pacto Global originou-se do reconhecimento de que as empresas, enquanto protagonistas fundamentais do desenvolvimento social das nações, devem agir com responsabilidade nas sociedades com as quais interagem. Na medida em que se envolvem nesse compromisso, contribuem para criar uma sociedade mais justa e compreendem mais profundamente as oportunidades existentes num contexto social complexo e dinâmico. Por isso, todas as empresas do mundo, sem distinção da sua área de atuação ou do seu tamanho, estão convidadas a participar.

Este compromisso advoga dez princípios universais derivados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Princípios Fundamentais dos Direitos ao Trabalho da Organização Mundial do Trabalho e dos Princípios do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:

Os Dez Princípios do Pacto Global

Princípios de Direitos Humanos

1. Respeitar e proteger os direitos humanos.
2. Impedir violações de direitos humanos.

Princípios de Direitos do Trabalho

3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho.
4. Abolir o trabalho forçado.
5. Abolir o trabalho infantil.
6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho.

Princípios de Proteção Ambiental

7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.
8. Promover a responsabilidade ambiental.
9. Encorajar tecnologias que não agredem o meio ambiente.

Princípio contra a Corrupção

10. Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive, extorsão e propina.



Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Em 2000, a Organização das Nações Unidas - ONU, ao analisar os maiores problemas mundiais, estabeleceu *Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Até 2015, por meio de ações concretas do governo e da sociedade em diversos países, espera-se garantir o cuidado com o meio ambiente e mudar as condições de vida de pessoas do mundo inteiro.

A Eletrobrás tem também, desde 2005, suas diretrizes corporativas alinhadas aos Oito Objetivos do Milênio.

Os objetivos têm, em vista erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Projeto SOX

Empresas que pretendem operar no mercado norte-americano precisam adequar-se às exigências da Lei Sarbanes-Oxley (SOX), instrumento regulador do controle interno de processos contábeis para empresas que possuem ações no Mercado Financeiro dos Estados Unidos. A SOX determina a transparência na gestão financeira e fiscal das organizações, além de responsabilizar os diretores executivos e financeiros das grandes corporações pelo estabelecimento, avaliação e monitoramento da eficácia dos controles internos sobre relatórios financeiros (balanços, balancetes) e divulgações desses documentos.

Em maio de 2006, o Conselho Fiscal da Eletrobrás aprovou uma alteração em seu regimento interno no sentido de adequar-se às exigências da SOX. A empresa está em fase de conclusão do mapeamento de controle da SOX, requisito para registrar-se na *Securities and Exchange Commission (SEC)*, para posterior listagem de suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Auditoria Interna

O principal objetivo da Auditoria Interna é assessorar a Alta Administração da Eletrobrás, buscando agregar valor ao gerenciamento da ação empresarial e governamental.

Atendendo às exigências da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley no exercício 2007, as empresas do Sistema Eletrobrás tiveram acompanhamento de processos e resultados avaliados por auditoria interna, que identificou pontos a serem aprimorados, propondo soluções para eventuais correções nos processos.





O desempenho econômico-financeiro das empresas faz parte do conjunto de informações necessárias ao pleno entendimento do processo de construção de uma gestão sustentável, sendo, portanto, fundamental a sua apresentação de forma transparente.

A Eletrobrás encerrou o exercício de 2007 com lucro de R\$ 1.547,9 milhões, equivalente a R\$ 1,37 por lote de mil ações. No exercício de 2006, a empresa registrou lucro de R\$ 1.161,3 milhões, equivalente a R\$ 1,03 por lote de mil ações. O resultado de 2007 apresentou um crescimento de 33% em relação a 2006.

O comportamento do real frente a diversas moedas estrangeiras e o fato de a Eletrobrás deter relevante parcela de seus recebíveis (líquidos de obrigações) – R\$ 15.197,0 milhões (US\$ 8,579.6 milhões) – indexados a moedas externas, com destaque para o dólar norte-americano, criaram um cenário de perda para a empresa no exercício de 2007, que conteve a sua evolução.

Nestes doze meses de 2007 a Eletrobrás registrou perdas cambiais de R\$ 3.001,7 milhões. No mesmo período de 2006, a empresa reconheceu perdas cambiais de R\$ 1.599,3 milhões, decorrentes de sua carteira de financiamentos e empréstimos. No tocante às variações monetárias decorrentes dos níveis internos de preços, no exercício de 2007, a empresa verificou um ganho de R\$ 529,2 milhões, 60% maior do que o verificado em 2006, quando foram reconhecidos ganhos de R\$ 330,6 milhões.

Apesar da forte redução do resultado da empresa, motivada por questões cambiais, a influência do resultado financeiro decorrente, em grande parte, de sua carteira de financiamentos e empréstimos, possibilitou obter expressivo ganho líquido, de R\$ 3.741,7 milhões, fruto de seu programa de investimentos ao longo dos anos e do baixíssimo nível de endividamento. Em 2006, a carteira de financiamentos e empréstimos concedidos, gerou ganho líquido de R\$ 3.499,4 milhões.

O reconhecimento dos resultados obtidos pelas 21 empresas investidas da Eletrobrás, avaliadas por equivalência patrimonial, impactou de forma positiva e determinante o resultado da empresa neste exercício, quando a Eletrobrás registrou ganhos de R\$ 1.883,3 mil. Este resultado está influenciado pelo reconhecimento do superávit verificado nas Fundações de Previdência Complementar patrocinadas pelas empresas do Sistema Eletrobrás, no montante de R\$ 1.224,4 milhões, com destaque para a Fundação Real Grandeza que, isoladamente, contribuiu com um superávit de R\$ 1.138,0 milhões.

A atividade de comercialização de energia elétrica, apesar de significar um expressivo faturamento da ordem de R\$ 7.555,6 milhões, correspondente à venda da energia gerada pela Itaipu Binacional e pelo Proinfa, não representa ganhos para a empresa, nos termos da Lei nº. 10.438/02. No tocante à energia de Itaipu, a empresa apurou uma obrigação equivalente a R\$ 96,0 milhões, decorrente do desenvolvimento da atividade de comercialização de energia elétrica no período de janeiro a dezembro de 2007, correspondente ao superávit produzido pela atividade, nestes 12 meses, a ser repassado aos consumidores em exercícios futuros, via tarifa.

O déficit acumulado e recuperável decorrente das operações de comercialização de energia elétrica de Itaipu corresponde, em 31 de dezembro de 2007, a R\$ 179,5 milhões e não representa risco para os investidores da empresa, dada a modelagem da atividade, estabelecida em legislação aplicável.

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa), que assegura à Eletrobrás o direito à comercialização da energia produzida pelos próximos 20 anos, gerou, no



exercício de 2007, superávit de R\$ 250,4 milhões, a ser realizado nos limites do próprio programa, sem impactar, portanto, a rentabilidade do acionista.

A Eletrobrás também vem buscando alternativas de novos negócios nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, de forma a incrementar sua participação no setor, aumentando sua capacidade de geração de recursos, com foco na ampliação de sua rentabilidade e maior remuneração de seus acionistas.

Resultado Primário

A meta do Resultado Primário do Sistema Eletrobrás para o ano de 2007 foi de R\$ 1.380 milhões, conforme Decreto nº. 5.939, de 19 de outubro de 2006.

Anos	Resultado	R\$ milhão
2007	Superávit	2.789,0
2006	Superávit	2.137,2
2005	Superávit	2.864,8
2004	Superávit	1.650,5
2003	Superávit	1.211,0

Análise do Risco Empresarial

A partir da criação da Divisão de Análise de Riscos e de Rentabilidade, foram dados os primeiros passos no sentido de dotar a Eletrobrás de práticas e ferramentas para o tratamento sistemático de riscos. Com isso, procurou-se atender às premissas fundamentais de governança corporativa e de sustentabilidade empresarial, melhorando a imagem da empresa diante dos diversos *stakeholders* e agregando valor às suas operações.

Durante o ano de 2007, dois grandes projetos foram iniciados. O primeiro diz respeito ao programa de *hedge* com instrumentos derivativos para mitigação do risco cambial da empresa: a partir de estudos e de reuniões com instituições financeiras, foram aprovadas quatro resoluções de Diretoria Executiva e três deliberações do Conselho de Administração, definindo a base regulamentar para a estruturação das operações. O início das negociações está previsto para o primeiro trimestre de 2008. O programa procurará reduzir, de forma substancial, a volatilidade observada nos resultados da empresa, tornando-os mais previsíveis e alinhados ao seu desempenho operacional.

O segundo projeto de destaque foi a implantação da gestão de riscos corporativos, inicialmente, focada na Diretoria Financeira. O objetivo foi desenvolver uma metodologia de análise e mensuração qualitativa, de modo a consolidar a cultura de risco, permeando todos os processos de decisão dentro da empresa. Foram mapeadas diversas áreas estratégicas, com ênfase no impacto das atividades sobre o nível de volatilidade do fluxo de caixa projetado.

O processo culminou com a contratação da consultoria Ernst & Young, já responsável pelos trabalhos de adequação à Lei Sarbanes-Oxley. O trabalho da consultoria se estenderá por todo o primeiro semestre de 2008 e dotará a empresa de um modelo de gestão integrada de riscos que permita identificar, gerir e monitorar as exposições e as oportunidades relevantes com

foco nos objetivos estratégicos da Eletrobrás. Esse modelo permitirá, também, a integração de práticas isoladas já existentes na empresa, como o tratamento dos riscos ambientais, patrimoniais, operacionais e de TI.

Carteira De Ações Da Eletrobrás

A Eletrobrás possui ações de empresas abertas do setor elétrico, englobando empresas de geração, transmissão e distribuição, cotadas no valor de R\$ 6.576,1 bilhões, em 31 de dezembro de 2007. Deste montante, R\$ 4.626,1 bilhões foram oferecidos como garantia de diversas ações judiciais, em sua maior parte em questionamentos relativos a empréstimos compulsórios e obrigações.

Variação anual da carteira da Eletrobrás

R\$ milhão em 31/12/2006	R\$ milhão em 31.12.2007	% 2006-2007
4.731,5	6.576.1	138,98%

Auditores Independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, a Eletrobrás informa que utiliza os serviços de auditoria independente da empresa BDO Trevisan Auditores Independentes, contratados pelo prazo de três anos, contados de 1º de agosto de 2005 para execução de auditoria das Demonstrações Contábeis da controladora e das informações consolidadas do Sistema Eletrobrás, devendo ser ressaltado, adicionalmente, que a companhia não possui com a referida empresa nenhum outro contrato de prestação de serviços que não o referente aos próprios serviços de auditoria.

Segue abaixo a relação dos auditores independentes das empresas do Sistema Eletrobrás, que, individualmente, também prestaram em 2007 serviços exclusivos de auditoria independente:

Companhias	Investida
CGTEE	Deloitte Touche Tohmatsu
Chesf	Boucintas & Campos + Soteci
Eletronorte	BDO Trevisan Auditores Independentes
Eletronuclear	HLB Audilink e CIA.
Eletrosul	Horwath Tufani, Reis & Soares
Furnas	HLB Audilink e CIA.
Itaipu	BDO Trevisan Auditores Independentes



Sistema Eletrobrás

GOVERNOS E ENCARGOS SETORIAIS

Distribuição da Riqueza	2007		2006	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
ICMS	438.710	14%	465.555	17%
Pasep/Cofins	925.314	30%	750.756	28%
IRPJ	413.309	13%	411.620	15%
CSSL	171.992	6%	151.373	6%
Encargos Setoriais	1.114.476	36%	910.266	34%
Valor Distribuído Total	3.063.801	100%	2.689.570	100%

Partes Interessadas

Distribuição da Riqueza	2007		2006	
	R\$ Mil	(%)	R\$ Mil	(%)
Empregados	3.087.309	26,13%	2.700.350	22,44%
Governo (impostos, taxas e contribuições e encargos setoriais)	1.949.325	16,50%	1.779.304	14,79%
Financiadores	5.232.878	44,27%	6.391.956	53,12%
Acionistas	1.547.857	13,10%	1.161.317	9,65%
Total	11.817.368	100%	12.032.927	100%

Fonte: Demonstrações Financeiras 2007 e Informe aos Investidores 2007.
*Os dados relativos a inadimplência dizem respeito apenas às distribuidoras.

Sistema Eletrobrás			
Indicadores	2007	Δ%	2006
	R\$ Mil		R\$ Mil
Receitas, Deduções, Custos e Despesas			
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	23.706.601	12,83%	21.011.354
Deduções da Receita (R\$ Mil)	398.115	-58,74%	964.796
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	23.308.486	16,27%	20.046.558
Custos e Despesas Operacionais do Serviço (R\$ Mil)	20.047.621	29,55%	15.474.630
Receitas Irrecuperáveis (R\$ Mil)			
Resultado do Serviço (R\$ Mil)	3.260.865	-28,68%	4.571.928
Resultado Financeiro (R\$ Mil)	-926.669	34,24%	-2.706.739
IRPJ/ CSLL (R\$ Mil)	585.301	3,96%	562.993
Lucro Líquido (R\$ Mil)	1.547.857	33,28%	1.161.318
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ Mil)	703.486	53,08%	459.549
Dividendos Distribuídos (R\$ Mil)			
Custos e Despesas Operacionais por MWh vendido (R\$ Mil)	0,0854	-	0,0672
Riqueza (valor adicionado líquido) por Empregado (R\$ Mil)	138	-	136
Riqueza (JCP) por Receita Operacional (%)	2,97	35,68%	2,19
EBITDA ou LAJIDA (R\$ Milhões)	5.295	-19,61%	6.586
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	22,72%	-30,84%	32,85%
Liquidez Corrente	1,68	11,31%	1,51
Liquidez Geral	1,0026	12,69%	0,8897
Margem Bruta (lucro líquido / receita operacional bruta) (%)	6,64%	14,68%	5,79%
Margem líquida (lucro líquido / receita operacional líquida) (%)	6,64%	14,68%	5,79%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (lucro líquido/ patrimônio líquido) (%)	1,94%	30,20%	1,49%
Estrutura de Capital			
Capital próprio (%)	66,32%	4,02%	63,76%
Capital de terceiros oneroso (%) (empréstimos e financiamentos)	33,36%	-7,44%	36,04%
Inadimplência de Clientes (contas vencidas até 90 dias) (*)	22%	-	17%

Fonte: Demonstrações Financeiras 2007 e Informe aos Investidores 2007.
*Os dados relativos a inadimplência dizem respeito apenas as distribuidoras.





As pessoas representam o que há de mais importante e central numa organização. Portanto, ao adotar o conceito de Gestão de Pessoas, as empresas do Sistema Eletrobrás abrem caminho para o merecido enfoque estratégico e a inclusão dos paradigmas da sustentabilidade na relação com seus públicos internos.

Tal entendimento possibilita a formulação de ações orientadas para a manutenção de salários, benefícios, oportunidades de treinamento, programas de promoção de saúde, bem-estar e segurança do trabalho, de acordo com as características e demandas de cada grupo de empregados.

E, representando uma macro-orientação no tocante à Gestão de Pessoas, a preocupação com a qualidade de vida dos empregados é elemento central no estabelecimento de uma relação que vai além das obrigações trabalhistas legais e caminha para o fortalecimento de uma relação de parceria.

O desafio é aproximar a Responsabilidade Social da Gestão de Pessoas em todos os seus fundamentos: recrutamento e seleção, ambientação, carreiras e remuneração, benefícios, treinamentos, avaliação de desempenho, programas de saúde e bem-estar; enfim, criar interfaces para o surgimento de ações conjuntas.

No âmbito da Eletrobrás, algumas ações preliminares no entendimento da Gestão de Pessoas como aliada da Responsabilidade Social foram registradas no ano de 2007:

- A solicitação de reformulação da ambientação para os empregados recém-admitidos com a inclusão da temática da sustentabilidade;
- A reformulação do sistema informatizado de cadastramento de pessoas, com a inclusão de campos específicos para registro (voluntário) de informações de raça/cor e orientação sexual dos empregados e empregadas;
- A realização de pesquisa de cadastramento (voluntário) para que os empregados pudessem incluir no cadastro de pessoas as suas informações sobre raça/cor e orientação sexual;
- A continuidade do Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o Senai-RJ, cujo processo seletivo (por meio de Edital) foca nos jovens de baixa renda e oriundos de escolas públicas;
- A manutenção na concessão do benefício de auxílio pré-escolar (auxílio-creche) tanto para empregadas, quanto para empregados nas mesmas condições, regras e reembolso, em consonância com a busca na equidade entre os gêneros;
- Os programas de saúde e bem-estar voltados para a saúde da mulher, em consonância com a valorização das questões de gênero nas organizações.



Reconhecimento da União Homoafetiva no Plano de Saúde de seus empregados

A partir de outubro de 2007, a Eletrobrás passou a permitir que companheiros e companheiras de mesmo sexo, oriundos de uniões estáveis homoafetivas, fossem reconhecidos como dependentes no plano de saúde de seus empregados.

A iniciativa foi uma articulação do Comitê Permanente para as Questões de Gênero da Eletrobrás junto à Diretoria de Administração e à Associação dos Empregados, quando da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho.

As empresas do Sistema Eletrobrás possuem semelhanças no tocante às suas políticas de benefícios sociais. Porém, convém ressaltar que cada empresa tem a prerrogativa institucional de definir valores e regras particulares, de acordo com o perfil da organização e perfil dos seus públicos internos.

Os principais benefícios disponibilizados são:

- Aposentadoria por previdência privada (geralmente por meio de fundos de previdência fechados com participação das empresas como patrocinadoras);
- Auxílio-alimentação;
- Auxílio-transporte;
- Auxílio-creche;
- Assistência médica ambulatorial e hospitalar;
- Assistência odontológica e laboratorial;
- Auxílio para compra de medicamento de uso contínuo;
- Seguro de vida em grupo;
- Seguro de acidentes pessoais;
- Auxílio educacional para estudo de dependentes, do maternal até o ensino médio, através do reembolso de despesas;
- Auxílio educacional para estudo de dependentes através do reembolso de gastos com material escolar e uniforme;
- Auxílio educacional para empregados que não têm curso superior, através do reembolso de despesas;
- Complemento de auxílio-doença/acidente de trabalho por afastamento através do auxílio-doença do INSS;
- Gratificação de férias adicional;
- Auxílio-funeral.

As empresas também incluem assistência fisiátrica, psicológica e fonoaudiológica no plano de benefícios dos empregados. No caso de filhos de empregados, há a concessão de benefícios específicos, por meio de programas psicopedagógicos, relativos à doenças neuropsiquiátricas e acidentes.





Benefícios Compartilhados

Benefícios como atendimentos de planos de saúde a empregados e empregadas, são estendidos a seus dependentes, inclusive companheiros ou companheiras oriundos de relações estáveis homoafetivas. Dessa forma, as empresas conseguem fortalecer o relacionamento com os colaboradores ao se aproximar e se fazer presentes no cotidiano de suas famílias.

Quanto à segurança do trabalho, as empresas asseguram-se que todos os seus colaboradores trabalhem em adequadas condições, com equipamentos de proteção individual e coletiva, constantemente modernizados e introduzidos por meio de treinamentos específicos.

Esses equipamentos de saúde e segurança baseiam-se em análises preliminares de riscos e são monitorados por Comissões de Prevenção de Acidentes, Grupos de Trabalho de Segurança e outros comitês, conforme preconizado pela Norma Reguladora NR-10 do Ministério do Trabalho, entre outras diretrizes.

Além de todos os benefícios legais e contratuais, as empresas possuem programas de promoção da qualidade de vida para seus colaboradores, tais como: ginástica laboral, campanhas educativas sobre problemas de saúde física e mental, típicos das diversas faixas etárias dos trabalhadores e preparação para a aposentadoria, utilizando-se, inclusive, de pesquisas de clima organizacional como ferramenta de controle do nível de satisfação quanto às iniciativas de Gestão de Pessoas.

Clima Organizacional como Ferramenta

A Ceal adotou, a partir de 2005, a gestão do clima organizacional, com a finalidade de identificar e avaliar as variáveis que influenciam, positiva ou negativamente, o nível de satisfação e motivação de seus colaboradores e, conseqüentemente, o seu grau de envolvimento e comprometimento com os objetivos e metas empresariais.

A partir do resultado da pesquisa do clima organizacional foram realizadas oficinas de trabalho, com a participação de colaboradores, que elaboraram um Plano de Melhoria do Clima Organizacional, com uma série de sugestões relativas à metodologia utilizada pela empresa para elaborar seu Planejamento Estratégico, bem como intensificar os esforços e investimentos alocados às atividades de treinamento e desenvolvimento de pessoal, estabelecendo programas com foco em resultados e nas competências necessárias ao desempenho de cada cargo e função.

Com o Planejamento Estratégico, as sugestões do Plano de Melhoria passaram a ser concretizadas.

É importante registrar que as empresas do Sistema Eletrobrás garantem a livre participação do seu corpo funcional nas associações de empregados e sindicatos, compromisso este reforçado, inclusive, pela adesão ao Pacto Global.

Os acordos coletivos de trabalho incluem a liberação ocasional de representantes sindicais para participar de eventos de interesse da entidade sindical e a liberação integral dos dirigentes sindicais durante o exercício do mandato.

Programa Pró-Eqüidade de Gênero

O Programa Pró-Eqüidade de Gênero é uma iniciativa do governo federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República e conta com a parceria do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e da Organização Internacional do Trabalho.

O programa se baseia no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que reafirma os compromissos de promoção da igualdade entre mulheres e homens inscrita na Constituição Federal de 1988.

Cartilha Lei Maria da Penha

A Eletrobrás e Eletronuclear, produziram e distribuíram a Cartilha Lei Maria da Penha com o objetivo de esclarecer e uniformizar as informações trazidas pela Lei que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher no país, além de definir as principais formas dessa violência vivenciadas pelas mulheres no cotidiano e determinar uma série de mecanismos e medidas de prevenção, proteção e assistência às mulheres em situação de violência, bem como de punição e reeducação dos agressores.

A edição da Cartilha é uma das ações em apoio à “Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” que no ano de 2007 teve como slogan “Exija seus direitos. Está na Lei. Lei Maria da Penha.” Além disso a edição da Cartilha consta do Plano de Ação 2007/2008 do Programa Pró-Eqüidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

O evento promovido para o lançamento da Cartilha contou com a presença e depoimento da própria Maria da Penha Maia Fernandes, biofarmacêutica, que em 1983 foi vítima de dupla tentativa de homicídio pelo seu então marido, um professor universitário, causando-lhe paraplegia irreversível.

Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 7 de agosto de 2006, a Lei nº 11.340 recebeu o nome de Maria da Penha como justa homenagem a sua luta de quase vinte anos para que seu agressor fosse punido.

Muitas comunidades têm sido visitadas por Maria da Penha com o objetivo de divulgar e orientar as mulheres a respeito da lei. Segundo seu pensamento o principal problema enfrentado pelas vítimas ainda é a falta de infra-estrutura adequada no atendimento prestado e cita como exemplo a cidade onde mora, Fortaleza. “A demanda é maior do que o espaço existente e o pessoal é insuficiente. Temos apenas uma delegacia em péssimas condições e precisaríamos de pelo menos outras duas”, cobra Maria da Penha, que pede maior atenção às mulheres, já tão fragilizadas no momento em que fazem as denúncias. “É necessário disponibilizar uma equipe multidisciplinar em horário integral, já que um escrivão não está capacitado para ouvir relatos íntimos de mulheres que procuram ajuda”.

Maria da Penha argumenta que a questão da violência contra a mulher está merecendo um pacto de enfrentamento que fundamentalmente deve envolver os poderes públicos – federal, estaduais e municipais – e instituições como a Igreja. Ela elogiou a iniciativa do governo federal que vai disponibilizar, via projeto de lei, verbas para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

As empresas do Sistema Eletrobrás, em especial a Eletrobrás Holding e suas controladas, aderiram ao Programa Pró-Eqüidade de Gênero e, como reconhecimento aos resultados das ações promovidas, receberam o Selo Pró-Eqüidade de Gênero 2007. Tal Selo é um instrumento, auditado e outorgado pela SPM, que visa à promoção da cidadania e evidencia o compromisso das empresas com a equidade de gênero.



A seguir são destacadas iniciativas das empresas do Sistema Eletrobrás no tocante à questões de gênero:

Eletrobrás

O Canal de Gênero da Eletrobrás é um importante veículo para o atendimento a essas questões, disponibilizado via internet para toda a força de trabalho da empresa, em parceria com a Ouvidoria Geral. Além disso, o sistema informatizado de pessoal foi alterado com a inclusão do recorte de gênero, raça/cor e orientação sexual.

Eletronorte

Ao incluir o Programa Pró-Equidade de Gênero no seu Planejamento Estratégico, a Eletronorte teve o objetivo de assegurar que a gestão de pessoas esteja alinhada com os desafios empresariais. Este procedimento, além de institucionalizar a implementação do Plano de Ação, garantindo, inclusive, o aporte de recursos orçamentários para tanto, exigiu a definição de indicadores e outras medidas importantes para o acompanhamento e aperfeiçoamento das ações, programadas para um período de cinco anos.

Eletronuclear

Em 2007, a Eletronuclear realizou pesquisa sobre a cor/etnia do corpo funcional, a atualização cadastral da empresa e a introdução do recorte de gênero no Código de Ética e no Código de Conduta.

Eletrosul

A empresa desenvolveu ações externas de apoio à igualdade de gênero e à defesa dos direitos das mulheres. Entre as ações da Eletrosul, vale destacar a produção de um vídeo sobre violência sexual que repercutiu significativamente no corpo funcional, servindo de instrumento de disseminação, de reflexão e debate sobre a temática de gênero na empresa.



Programa de Voluntariado

As empresas do Sistema Eletrobrás procuram fortalecer o envolvimento de seus colaboradores com a comunidade em geral ao incentivar a participação em programas de voluntariado.

Considerando a diversidade geográfica e a realidade social das comunidades que interagem com cada empresa, tais iniciativas de voluntariado representam um leque de ações.

Voluntariado e Cidadania

A Eletrosul mantém uma política de estímulo ao voluntariado marcada pelos cinco anos de existência da ONG Transmissão da Cidadania e do Saber, uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, coordenada por empregados voluntários da empresa. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento social e humano, por meio de ações voluntárias, minimizando os efeitos das desigualdades sociais.

Um dos principais objetivos da entidade é promover a cidadania, por meio das ações voluntárias dos empregados, ex-empregados e aposentados da Eletrosul e suas famílias.

Além da ajuda financeira aos projetos da entidade, a empresa abona as horas em que o empregado se ausenta para fazer trabalhos voluntários.

Capacitação e desenvolvimento

Na integração às diretrizes estratégicas das empresas, a política de desenvolvimento de pessoas vem ganhando importância ao ser assumida como parte de formação do capital intelectual associada à inovação tecnológica e à excelência empresarial.

No que diz respeito ao desenvolvimento profissional, as empresas têm ações de treinamento e qualificação, planejadas de acordo com os interesses corporativos estratégicos e as necessidades de aprimoramento dos empregados.

Em atendimento às expectativas de seu corpo funcional, as empresas também oferecem incentivos para que os empregados realizem cursos em nível de graduação ou de pós-graduação.

Treinamento e Gestão do Conhecimento

O macroprocesso de gestão de pessoas na Eletronuclear possui relevância no contexto das suas atividades-fim, uma vez que envolve o uso e o aprimoramento de uma tecnologia de ponta, estratégica, desenvolvida no país apenas por ela: a geração nucleoeletrônica.

As atividades de treinamento e gestão do conhecimento permeiam a organização. A complementação técnica formal dos empregados da Eletronuclear é feita parcialmente no exterior, como nos casos de treinamento de operadores em simuladores de usinas nucleares, no país, junto a entidades de ensino e pesquisa e, principalmente, no seu centro de treinamento, onde são ministrados diversos cursos sobre temas relacionados à questão nuclear, à operação e manutenção de usinas e à proteção radiológica, entre outros.



Unise

Por meio dos “Programas de Treinamento no País”, a Eletronuclear custeia integralmente cursos para os empregados indicados pelas suas Diretorias, quando considerado de efetiva utilidade para o exercício das suas atividades. As solicitações de treinamento são realizadas anualmente através do “Levantamento das Necessidades de Treinamento” e, depois de analisadas, aprovadas pelas respectivas Diretorias e compatibilizadas com o orçamento global de treinamento, passam a compor o Plano Anual de Treinamento.

Universidade Corporativa do Sistema Eletrobrás - Unise

Em consonância com a estratégia de desenvolvimento e valorização do capital humano do Sistema, foi criada a Universidade Corporativa do Sistema Eletrobrás (Unise), em setembro de 2006, tendo como objetivo central promover a sinergia das ações de desenvolvimento de pessoas nas empresas e estimular a retenção de conhecimentos.

Inaugurada em 2007, a Unise é um Sistema de desenvolvimento de pessoas com foco na estratégia de negócios do Sistema Eletrobrás, pautado na gestão de pessoas por competências. O objetivo principal da Unise é desenvolver a força de trabalho das empresas para que sejam alcançadas as diretrizes estabelecidas pelo Planejamento Estratégico da Eletrobrás.

A missão da Unise é a promoção do desenvolvimento do capital intelectual do Sistema Eletrobrás por meio da gestão do conhecimento corporativo e de um processo de aprendizagem ativo e contínuo visando uma atuação de excelência na oferta de energia para o desenvolvimento econômico e social do país.

A Unise é um agente de sinergia das ações de educação corporativa das empresas do Sistema com vistas ao desenvolvimento coordenado e harmônico do capital intelectual dessas empresas. A integração das empresas na elaboração e execução de ações de educação corporativa é facilitada pela estrutura matricial adotada na Unise. Essa estrutura permite ganhos de produtividade ao utilizar os órgãos de linha das empresas e a metodologia de projetos para suporte às ações educacionais.

O Comitê de Educação Corporativa da Unise, composto de representantes das empresas do SISTEMA, está consolidando o Plano Político Pedagógico, que fundamentará as ações educacionais que serão desenvolvidas. Entre os aspectos singulares da Unise destaca-se a sua filosofia pedagógica estruturada em uma grade curricular em rede, que permite que todas as empresas compartilhem a inteligência coletiva para o alcance dos objetivos estratégicos do Sistema.



INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

Empregados/ empregabilidade/administradores		
Informações gerais	2007	2006
Número total de empregados	20.351	19.098
Empregados menores de 18 anos	0	0
Empregados de 18 a 35 anos	4.573	3.846
Empregados de 36 a 60 anos	15.049	14.772
Empregados acima de 60 anos	729	480
Empregados do sexo masculino	16.591	15.637
Empregados do sexo feminino	3.760	3.461
Número de mulheres em relação ao total de empregados (%)	18,48%	18,12%
Mulheres em cargos gerenciais – em relação ao total de cargos gerenciais (%)	12,66%	ND
Nº de estagiários no final do exercício	2.104	2.030
Estagiários em relação ao total de empregados (%)	10,34%	10,63%
Empregados portadores de deficiência	368	350
Remuneração, benefícios e carreira (R\$ Mil)	2007	2006
Remuneração		
Folha de pagamento bruta	2.156.580	1.829.833
Encargos sociais compulsórios	551.791	494.939
Benefícios		
Educação / Creches ou Aux. Creche	22.187	15.471
Alimentação	127.708	123.268
Transporte	13.278	13.839
Saúde	184.048	161.744
Outros:		
Segurança e medicina do trabalho	14.239	14.214
Cultura	3.075	2.060
Participação nos resultados	2007	2006
Investimento total em programa de participação nos resultados da empresa (R\$ mil)	224.013	204.502
Valores distribuídos em relação à folha de pagamento bruta (%)	10,39%	11,18%
Divisão da maior remuneração pela menor remuneração em espécie paga pela empresa (inclui participação nos resultados e bônus)	ND	ND

Perfil da remuneração	2007	2006
Por Categorias (salário médio no ano corrente) – (R\$)		
Cargos de Diretoria *	21.163,60	ND
Cargos gerenciais *	12.040,30	ND
Cargos não-gerenciais *	4.670,00	ND
Saúde e segurança no trabalho	2007	2006
Média de horas extras por empregado/ano	86	103
Número total de acidentes de trabalho com empregados	347	ND
Número total de acidentes de trabalho com terceirizados / contratados	153	ND
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano	0,02	ND
Índice TF (taxa de freqüência) total da empresa no período, para empregados (1)	3,40	3,75
Índice TF (taxa de freqüência) total da empresa no período, para terceirizados/ contratados	ND	ND
Investimentos em programas específicos para portadores de HIV (R\$ mil)	0,00	ND
Investimentos em programas de prevenção e tratamento de dependência (drogas e álcool) (R\$ mil)	227	ND
Desenvolvimento profissional	2007	2006
Perfil da escolaridade		
Ensino fundamental (%)	11,5%	11,9%
Ensino médio (%)	16,4%	15,4%
Ensino Técnico (%)	29,8%	34,1%
Ensino superior (%)	31,2%	27,3%
Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado) – (%)	11,2%	11,2%
Analfabetos na força de trabalho (%)	0,0%	0,1%
Capacitação e desenvolvimento profissional (R\$ Mil)	54.464	49.145
Quantidade de horas de desenvolvimento profissional por empregado/ano	49	ND
Comportamento frente a demissões	2007	2006
Número de empregados ao final do período	20.351	19.098
Número de admissões durante o período	1.667	1.279
Número de demissões no período	415	580
Preparação para a aposentadoria	2007	2006
Investimentos em previdência complementar ((R\$ mil))	175.828	175.696



Trabalhadores Terceirizados	2007	2006
Número de trabalhadores de serviços terceirizados	1.878	2.081
Trabalhadores terceirizados/contratados em relação ao total da força de trabalho (%)	9,23	10,90
Índice TG (taxa de gravidade) da empresa no período, para empregados (1)	252	72
Índice TG (taxa de gravidade) da empresa no período, para terceirizados / contratados	ND	ND
Administradores	2007	2006
Remuneração e/ou honorários totais (R\$ mil) (A)	15.380	15.737
Número de diretores (B)	37	38

Fontes: Relatório Anual 2007 / Eletrobrás e Empresas do Sistema Eletrobrás
(1) Fonte: Fundação COGE

As empresas do Sistema Eletrobrás relacionam-se com os seus fornecedores buscando aprimorar a parceria, tanto no aspecto econômico, como no que concerne à postura social e ambientalmente responsável por elas adotada. Os fornecedores são considerados parceiros na cadeia de valor que existe em torno de suas atividades-fim.

Os procedimentos adotados pelas empresas do Sistema são bastante similares no que diz respeito à gestão dos fornecedores, possuindo, de uma forma geral, normas internas de contratação e, de forma rigorosa, observam os critérios de seleção, conforme dispõe a legislação vigente (lei 8.666/93, 10.520/02 e Decreto 5.450/05, entre outras).

Por força deste mesmo quadro legal, todos os passos dos processos de contratação, desde o lançamento da licitação até a conclusão, são divulgados de maneira ampla. Para tanto, são utilizados instrumentos típicos como os avisos de licitação (afixados em locais de acesso público), a publicação em diários oficiais, divulgação através do site da empresa e em jornais de grande circulação e o envio de correspondência aos possíveis interessados, observadas as modalidades pertinentes.

Nos dispositivos legais requeridos pelas contratantes, inclui-se o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, que exige que as empresas apresentem declaração formal de que não empregam menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Além disso, para prevenir o uso do trabalho-escravo ou análogo ao escravo, os fornecedores devem, também, comprovar o pagamento dos salários, horas-extras, indenizações, seguro contra acidentes do trabalho e demais encargos relacionados à legislação vigente.

Com o objetivo de cumprir às exigências da norma SA 8.000, as empresas vão além destes requisitos e desenvolvem normas internas adicionais que definem restrições à discriminação de qualquer tipo e exigem o cumprimento das condições de saúde ocupacional e segurança, do horário de trabalho, do direito à liberdade de associação e à negociação coletiva.

Mais do que isso, as empresas já explicitam a necessidade de que os contratados venham a aderir ao Código de Ética e/ou ao Código de Conduta da contratante, por meio de cláusula contratual.



Os fornecedores das empresas do Sistema Eletrobrás são classificados em dois grandes grupos: de materiais e de serviços. As contratações são realizadas através de procedimentos específicos previstos na legislação pertinente dos contratos administrativos: licitações nas modalidades de concorrência, tomadas de preços, leilão, convite e pregão e contratações diretas, nos casos em que são dispensáveis ou inexigíveis a licitação.

A crescente utilização dos pregões presenciais e eletrônicos no Sistema Eletrobrás tem possibilitado a compra de melhores produtos e serviços com maior economia, qualidade e transparência.

Através do banco de dados de materiais e serviços, alimentados pelas empresas do Sistema, o acompanhamento dos itens adquiridos propiciam aquisições que ajudam no desenvolvimento de políticas de padronização, gerando maior eficiência e eficácia nas grandes contratações do Setor Elétrico. Devido à gestão bem-sucedida desses procedimentos, registram-se poucas recusas e sanções de empresas contratadas e fornecedores.

Tais sanções, quando ocorrem, visam sempre assegurar o interesse público, alcançando por vezes, empresas que descumprem regras relacionadas aos direitos sociais de seus próprios empregados.

Em todas as empresas, nota-se ainda a consideração especial para com as microempresas e empresas de pequeno porte, através de processos específicos nas licitações.

Fornecedores de Material Nuclear

Além das exigências contidas no Código de Ética da Eletronuclear, há ainda outros critérios utilizados na seleção de fornecedores de bens e serviços, nos quais são considerados aspectos peculiares quando se trata de qualquer bem ou serviço que envolva material de risco, em particular, material radioativo.

No que se refere a fornecedores críticos, destaca-se o fornecimento de combustível nuclear, que requer uma Licença de Operação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), envolvendo aprovações da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e da Fundação Estadual de Estudos do Meio Ambiente (Feema).

No que se refere a outros fornecedores, a Eletronuclear inclui em seus contratos, requisitos a serem cumpridos pelos prestadores de serviços relativos ao descarte dos resíduos industriais gerados durante a execução dos contratos. Tais atividades estão inseridas nos preceitos que levaram a Direção da empresa a aderir ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e que foram incorporadas ao seu Plano Estratégico 2007/2011.



As empresas do Sistema Eletrobrás estão comprometidas com o desenvolvimento socioeconômico das comunidades em que atuam, por meio de ações que contribuem para minimizar os problemas sociais identificados.

Esse posicionamento está em consonância com a adesão do Brasil aos 8 Objetivos do Milênio e a adesão da Eletrobrás ao Pacto Global, além do comprometimento com os Programas do governo.

Com o objetivo de aperfeiçoar suas práticas de responsabilidade social, as empresas do Sistema Eletrobrás têm utilizado diretrizes para seleção de ações e projetos sociais, visando estimular a sustentabilidade das comunidades e que, estes projetos, estejam atrelados ao negócio da empresa no ramo de energia elétrica.

No âmbito da *Holding*, houve a constituição de um Comitê de Avaliação de Projetos Sociais, composto por técnicos da Eletrobrás e que tem como finalidades:

- redefinir os critérios de seleção para aprovação de projetos sociais;
- analisar os projetos sociais encaminhados à Eletrobrás e emitir parecer para posterior aprovação;
- elaborar uma norma interna de apoio às ações sociais.

A Eletrobrás adota critérios de avaliação para seleção dos projetos de responsabilidade social, como mostrado no quadro a seguir:

Critérios de Avaliação para Seleção dos Projetos de Responsabilidade Social da Eletrobrás:

<u>Item</u>	<u>Critérios</u>
01	Compatibilidade com as Diretrizes de Responsabilidade Social da Eletrobrás;
02	Habilitação da Entidade Proponente;
03	Sustentabilidade do Projeto;
04	Relação Custo-Benefício;
05	Abrangência do Projeto;
06	Existência de Parceiros;
07	Envolvimento dos Beneficiários na Formulação e Implementação do Projeto;
08	Fortalecimento da Imagem Institucional da Eletrobrás;
09	Localização das Áreas de Impacto do Projeto;
10	Compatibilidade com os Objetivos do Milênio e com o Plano Plurianual (PPA) do governo federal.

No âmbito da responsabilidade socioambiental, os projetos apoiados pelo Sistema Eletrobrás contemplam temas como educação ambiental, resgate e diversidade cultural, conservação de energia e geração de trabalho e renda.



Considerando a diversidade do país, o investimento social do Sistema Eletrobrás representa um leque de ações que vão desde iniciativas voltadas para a melhoria nas condições de saúde, educação, cultura e inclusão social, passando pelo incentivo ao voluntariado de consumidores e colaboradores, até o desenvolvimento do potencial econômico local por meio da criação de cooperativas/associações. Um exemplo desta última ação são os Centros Comunitários de Produção — CCPs.

Eletrobrás **Centros Comunitários de Produção (CCPs)**

Com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades rurais é estimulada a criação de Centros Comunitários de Produção (CCPs), facilitando a produção, o beneficiamento e a comercialização de produtos locais. Os CCPs são caracterizados como projetos complementares ao Programa Luz para Todos, inseridos de maneira transversal, com enfoque no uso produtivo da energia elétrica.

Os CCPs são unidades em que um grupo de pequenos agricultores de base familiar, reunido em uma cooperativa ou associação, beneficia sua produção agropecuária utilizando equipamentos movidos à energia elétrica, transformando-a em um insumo de produção capaz de agregar valor e gerar trabalho e renda.

A centralização do processo de beneficiamento da produção agrícola, se por um lado possibilita a obtenção de uma escala que justifique os investimentos de implementação e facilita a atuação das instituições criadas para o apoio aos produtores rurais, por outro, redundando numa utilização mais eficiente da energia elétrica, graças à concentração da carga e à redução das perdas características de redes de distribuição ociosas.

Por meio dos CCPs, como ação complementar do processo de eletrificação rural, se demonstra o papel da eletricidade como um vetor de desenvolvimento do interior brasileiro. Assim, a universalização do acesso à energia elétrica não se limita a iluminar, mas oferece também a possibilidade do uso produtivo, o que contribui para a melhoria da realidade social.

A implementação dos projetos é baseada na construção de parcerias, meio eficaz de otimizar esforços. Os investimentos das instituições são minimizados sem onerar as organizações comunitárias. Cada parceiro (associações de produtores rurais, prefeituras municipais, concessionárias e órgãos de assistência técnica e extensão rural, além da Eletrobrás) atua conforme suas aptidões específicas.

As empresas do Sistema Eletrobrás possuem relevantes investimentos sociais que, por sua vez, estão em consonância com as demandas e realidades das comunidades locais beneficiadas.

A natureza da atividade-fim de cada organização envolve uma necessária preocupação e envolvimento com as questões sociais e ambientais. Os projetos ora apresentados são ilustrativos do comprometimento dos representantes e corpo funcional das empresas do Sistema Eletrobrás com a responsabilidade socioambiental.





A seguir, são apresentados alguns exemplos de ações empresariais de responsabilidade socioambiental:

Eletronorte

Projeto Hortas Comunitárias (Linha Verde)

Em Mato Grosso, o Projeto Hortas Comunitárias (Linha Verde) foi implantado com sucesso, gerando renda para as comunidades de São João Del Rey e Dr. Fábio.

O projeto apresentou os seguintes resultados: melhor aproveitamento da área de servidão e redução de depósitos de lixo e proliferação de insetos e roedores, diminuindo a incidência de várias doenças; capacitação de cinco famílias em técnicas de horticultura e educação ambiental; melhoria nas condições nutricionais de toda comunidade; redução dos níveis de pobreza, desnutrição e vandalismo; geração de empregos; aumento da renda das famílias beneficiadas e melhora na qualidade dos alimentos ingeridos. O projeto foi classificado em 1º lugar na categoria do XIII Painel Integrado da Qualidade da Eletronorte.

Eletronuclear

Programa de Capacitação de Artesãos de Angra dos Reis

Este programa é desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, através da monitoração e manutenção das fazendas marinhas existentes na Baía da Ilha Grande, e com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, em estudo conjunto para a regularização documental.

As pesquisas e desenvolvimento para desafios específicos dos segmentos de baixa renda ficam por conta do Programa Fome Zero, que atua no segmento específico de microcomunidades, através de programas como padaria popular e artesãos independentes na confecção de lanternas japonesas para as fazendas marinhas.

Eletrosul

Hospital Pediátrico Pequeno Príncipe

A Eletrosul tem uma diversificada atuação no que diz respeito a questões relacionadas à criança e ao adolescente praticamente em todos os Estados em que está presente. Evidência maior dessa preocupação mais específica, dentro dos seus princípios de responsabilidade social, foi o envolvimento com a ampliação do atendimento hospitalar a pessoas desses grupos, em Curitiba. O projeto pretende implantar 80 leitos para internação hospitalar e uma nova UTI pediátrica, no Hospital Pediátrico Pequeno Príncipe (instituição filantrópica, sem fins lucrativos, com 70% dos atendimentos realizados através do SUS), além de ampliar programas de humanização e acompanhamento familiar, atendimento integral aos doentes, entre outros.

Furnas

Projeto Diálogo de Concertação para o Desenvolvimento Sustentável no Entorno do Lago de Furnas

Uma das mais emblemáticas iniciativas dentro da orientação de responsabilidade social da empresa é o “Diálogo de Concertação para o Desenvolvimento Sustentável no Entorno do Lago de Furnas”. Iniciado no final de 2003, reuniu diversos grupos ligados à região, para realizar um diagnóstico de seus problemas, definir como enfrentá-los e planejar o desenvolvimento sustentável dos municípios ao redor do lago, no está sendo bem sucedido.

Furnas participa ativamente do Diálogo, uma iniciativa também da Secretaria Geral e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República. Além de representantes das duas Secretarias, participam do Diálogo outras instituições das esferas federal, estadual, municipal e diversos atores locais, tais como representantes do poder legislativo, de sindicatos de trabalhadores, de associações empresariais, de instituições de ensino superior e de organizações do terceiro setor.

Foi realizado o Diagnóstico das Condições de Saneamento Ambiental dos 52 municípios da bacia hidrográfica do Lago de Furnas e, dentro do âmbito do Diálogo, Furnas também apoiou a elaboração dos Planos Diretores Participativos de 50 dos 52 municípios do entorno do Lago, que foi encerrado, em outubro de 2007. Em continuidade ao Diálogo, a Associação dos Municípios do Lago de Furnas (Alago), no segundo semestre de 2007, solicitou a Furnas apoio para a elaboração dos Projetos Executivos para as obras de saneamento básico, compreendendo prioritariamente o sistema de esgotamento sanitário nos 52 municípios da bacia hidrográfica do Lago de Furnas, também apoiado pela empresa.

Boa Vista Energia

Projeto 4Rs

O Projeto 4Rs, pautado nos princípios ambientais de reduzir, reutilizar, recuperar e reciclar, foi desenvolvido pela empresa para incentivar a mudança e hábitos por meio de ações preventivas e educativas nos âmbitos interno e externo.

Internamente, este projeto procura evitar, reduzir e/ou controlar a degradação/poluição ambiental gerada nos processos produtivos. O projeto busca sensibilizar os colaboradores mediante visita a todos ambientes de trabalho, ocasião em que foram identificados os locais para descarte de material plástico e de papel, visando facilitar a coleta pela equipe de limpeza, contribuindo para a reutilização desses materiais.

O projeto também é desenvolvido externamente em escolas de vários níveis, através da exposição de materiais produzidos em oficinas de meio ambiente, de palestras sobre o tema e da distribuição de cartilhas com os mesmos objetivos.

Ceal

Programa de Capacitação de Portadores de Necessidades Especiais

Dentro de uma preocupação com a exclusão social, a Ceal apoiou o desenvolvimento da capacidade laborativa de 40 pessoas portadoras de necessidades especiais, inserindo-as no âmbito da empresa, através de Convênio com a Associação dos Deficientes de Alagoas, respeitando a diversidade, por meio de ações e atividades compatíveis com a condição física e psicológica de cada uma delas.

Tal proposta derivou do entendimento da responsabilidade socioambiental como um valor que norteia o papel social da empresa e a adoção de práticas que demonstrem respeito pelo meio ambiente, sendo que a Ceal acredita que pode contribuir para o combate a desigualdade e a exclusão social, visando uma sociedade justa, em equilíbrio com a natureza, sustentável e solidária.

Eletroacre

Museu da Luz

O Museu da Luz é um rico espaço destinado à memória de um processo histórico, ou seja, das transformações ocorridas no sistema de geração e distribuição de energia, desde os tempos antigos, passando pela criação da Eletroacre, até os dias atuais, e das transformações socioculturais na paisagem urbana, na iluminação, na telefonia, nos transportes, nos meios de comunicação, no estilo arquitetônico, no trabalho doméstico e na utilização de eletrodomésticos.

A principal atração do Museu da Luz é a locomóvel do século passado que foi reconstruída a partir de duas máquinas que estavam em Xapuri. As obras do engenheiro e artista plástico acreano Sansão Pereira têm um espaço reservado no museu com telas que retratam a geração e a distribuição de energia no Acre.

O Museu da Luz visa contribuir para salvaguardar a memória da instituição e garantir às gerações presentes e futuras o acesso a essas informações que se constituem num importante legado para a sociedade moderna.

Ceron

Projeto Ler: Um Bom Começo

A Ceron desenvolveu o projeto cultural Ler: Um Bom Começo como um compromisso social, procurando levar à comunidade conceitos e orientações sobre o uso eficiente da energia elétrica.

Mais do que desenvolver e estimular o hábito da leitura, o projeto propôs uma metodologia inovadora ao trabalhar a interdisciplinaridade, usando as linguagens do teatro e da música. Implementado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Brasília, no município de Porto Velho, o Ler: Um Bom Começo já atendeu a 784 alunos. Graças ao projeto, a Escola Brasília foi reconhecida, junto à sua comunidade, como um estabelecimento de ensino atuante na busca do conhecimento e da inclusão social.



Manaus Energia Educação na Rádio

Este projeto conta com a participação de jovens estudantes da Vila de Balbina, que apresentam diariamente o programa Juventude no Ar, na Rádio Vale do Uatumã, no qual são entrevistados profissionais da comunidade, abordando temas como drogas, sexo e gravidez.

A diversidade de opiniões dos entrevistados contribui para estimular e desenvolver a formação intelectual e social dos estudantes que, por sua vez, trabalham a criatividade, o improviso e a comunicação.

A participação no projeto está condicionada à apresentação de boletins escolares com boas notas e a um bom relacionamento social na comunidade. Atualmente o projeto conta com a participação de seis jovens, na faixa etária de 16 a 19 anos.

Cepisa Trabalhos Educativos

A Cepisa trabalha na orientação e educação das pessoas para o uso racional da energia, ajustando o consumo à sua capacidade de pagamento e despertando para as questões ambientais que decorrem da geração e distribuição da energia.

Esse trabalho é desenvolvido junto às instituições de ensino fundamental e às comunidades mais carentes. A empresa participa de eventos sócio culturais, com uma mensagem educativa vinculada ao seu negócio, recorrendo ao teatro, ao circo, à música e à publicidade para transmitir informações sobre o uso da energia, com destaque para as questões de segurança como pipa na rede elétrica, fogueiras, queimadas e fogos de artifício.

Em 2007, a empresa realizou trabalho educativo nos assentamentos Pitombeiras no Município de Buriti dos Montes – PI e Serra dos Batistas no Município de Valença – PI.

Mais de 2.000 crianças da rede pública municipal de ensino, acompanhadas de seus professores, participaram de apresentações culturais e palestras com profissionais das áreas de comunicação, eficiência energética e de segurança da Cepisa.

Cgtee Projeto Quintais de Frutas Orgânicas

A produção ecológica de hortaliças e frutas, sem o uso de qualquer produto químico, e o sistema de auto-gestão, no qual os próprios trabalhadores administram o empreendimento, são as principais características desse projeto que objetiva capacitar técnicos e agricultores, selecionando áreas para a instalação de quintais frutíferos orgânicos a partir do processo participativo e com tecnologia Embrapa.

Durante o projeto foram implantados cerca de 550 quintais em 70 municípios do Rio Grande do Sul e plantadas mais de 38 mil plantas frutíferas, além de 82 mil mudas de espécies nativas que não produzem frutos. Tal iniciativa beneficia diretamente 20 mil pessoas que vivem em comunidades de agricultores e também quilombolas e indígenas, além de escolas e instituições filantrópicas. O plantio dos pomares começou em 2005 e todos eles têm 1.200 m² de área.

Itaipu Força Voluntária

Itaipu mantém, desde 2005, o Força Voluntária. O programa de voluntariado empresarial, criado por solicitação dos colaboradores, incentiva-os a serem voluntários. A cada ano, o Força tem ampliado sua atuação promovendo atividades que proporcionam interação entre os colaboradores da empresa e instituições sociais. Também realiza campanhas e cursos para os voluntários.

Em abril e maio de 2007, por exemplo, a empresa propiciou aos empregados interessados de Foz de Iguaçu e de Curitiba uma oficina para elaboração de projetos sociais. O curso contou com três turmas, duas em Foz e uma em Curitiba e teve a participação de 36 colaboradores. Os interessados foram capacitados para participar do Banco de Projetos.

O Banco de Projetos incentiva os colaboradores da empresa a ajudar instituições sociais. Em 2007, oito projetos que haviam sido indicados pelos voluntários, que seguiram todas as normas estabelecidas, foram selecionados e receberam R\$ 5mil cada para serem desenvolvidos.

Assim, Itaipu estimula a ação voluntária dos colaboradores, que as exercem livremente fora do horário de trabalho. A empresa ainda possibilita que os voluntários reúnam-se para organização de atividades, em horário comercial.

Em 2007, o cadastramento dos beneficiários da bolsa-escola paga por Itaipu foi a primeira iniciativa que permitiu a ação voluntária em horário de trabalho. Na ocasião, a coordenação do programa negociou a liberação de uma hora e meia do empregado do trabalho e esse doou o equivalente das suas horas de folga.



Neste capítulo são apresentados os programas de energia do governo federal operacionalizados pelo Sistema Eletrobrás. Estes programas estão sendo dinamizados tendo em vista o objetivo da Eletrobrás de construir um sistema de energia elétrico combinando provisão segura da energia elétrica requerida pelo país, com eficiência, qualidade e alta tecnologia, utilizando fontes alternativas à hídrica, buscando a universalização com modicidade tarifária e respeito ao meio ambiente.

Proinfa

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) tem por objetivo principal aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Biomassa, no Sistema Interligado Nacional (SIN). Dessa forma, o Proinfa contribui para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais e da criação de oportunidades de emprego, o que lhe permite estar em absoluta consonância com os programas de desenvolvimento do governo federal.

Como agente comercializador de energia e gestor dos contratos no âmbito do Proinfa, a Eletrobrás realizou, em 2007, a entrada em operação comercial de dez empreendimentos, sendo um eólico, seis PCHs e três de biomassa, acrescentando 231,10 MW de potência ao Sistema Elétrico Nacional.



Total de empreendimentos do Proinfa em operação comercial em 2007		
Fontes	Empreendimentos em operação	Potência em operação (MW)
PCH	6	136,00
Eólica	1	10,20
Biomassa	3	84,90
TOTAL	10	231,10

Montantes de Energia e Custeio do Proinfa – 2007

O Sistema Eletrobrás elabora, periodicamente, o Plano Anual do Proinfa (PAP), documento que sintetiza os valores de energia e custeio do programa para cada ano e encaminha à Aneel para aprovação.

Em setembro de 2007, foram apurados e informados os valores realizados no período de janeiro a agosto e apresentadas as previsões para os meses subsequentes, até o término do ano. A tabela a seguir apresenta os valores referentes a 2007 e constantes do PAP-2008. Os valores de energia e custeio expressos na tabela referem-se à parcela de energia contratada dos empreendimentos.

Fonte	PAP-2008		
	Nº. de Empreendimentos	Energia (MWh)	Custo Anual (R\$ milhão)
Biomassa	20	1.367.780	149.031,0
Eólica	06	625.491	145.189,3
PCH	23	1.209.183	164.225,3
TOTAL	49	3.202.454	458.445,6

Programa Nacional de Universalização do Acesso e uso da Energia Elétrica - Luz Para Todos

Um dos principais programas operacionalizados pelo Sistema Eletrobrás é o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos.

O Programa Luz para Todos, criado em 2003, tem como principal objetivo promover o acesso de comunidades rurais à luz elétrica.

O mapa da exclusão elétrica demonstra que, em localidades com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a maioria dos domicílios não recebe energia elétrica.



EXCLUSÃO ELÉTRICA NO BRASIL		
Região do Brasil	Percentual da população rural que não possuía acesso à energia elétrica	Nº de pessoas excluídas
Norte	62,5%	2,6 milhões
Nordeste	39,3%	5,8 milhões
Centro-Oeste	27,6%	367 mil
Sudeste	11,9%	807 mil
Sul	8,2%	484 mil

O Programa Luz para Todos tem como meta atender a cerca de 2 milhões de famílias brasileiras residentes na área rural, beneficiando cerca de 10 milhões de pessoas até 2008. É o programa de inclusão elétrica mais ambicioso implementado no mundo.

O programa antecipará a universalização da energia elétrica na área rural, que, pela legislação atual, deveria ser concretizada pelas concessionárias até dezembro de 2015, eletrificando todos os domicílios sem energia no Brasil.

Além de levar energia à população rural, o programa oferece soluções para utilizá-la como vetor de desenvolvimento social e econômico em comunidades de baixa renda, contribuindo para a redução da pobreza e para o aumento da renda familiar. O acesso à energia elétrica facilita a integração aos serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento, bem como os programas sociais do governo federal.

A instalação nas residências de três pontos de luz e duas tomadas é gratuita e a ligação pode ser solicitada por qualquer família residente na área rural ao Agente Executor (concessionária de energia elétrica ou cooperativa de eletrificação rural), que atende ao município.

Estima-se que, aproximadamente, 300 mil empregos diretos e indiretos foram gerados em consequência da implementação do programa, uma vez que é dada prioridade ao uso da mão-de-obra local e à compra de materiais e equipamentos nacionais fabricados nas regiões próximas às localidades atendidas.

Ao viabilizar o acesso à energia elétrica, o Programa Luz para Todos favorece a permanência das famílias no campo, melhorando a qualidade de vida. Com a chegada da energia, as famílias adquirem eletrodomésticos e equipamentos rurais elétricos, o que permite o aumento da renda, a melhoria do saneamento básico, da saúde e da educação, fortalecendo o capital social dessas comunidades. São beneficiadas pelo programa comunidades rurais, assentamentos da reforma agrária e comunidades remanescentes de quilombos.

O Programa Luz para Todos já atendeu a mais de 7 milhões de pessoas no meio rural brasileiro, das quais, aproximadamente 2 milhões em 2007.

Em fase de contratação 26 novos contratos e 16 aditivos contratuais.

Acréscimo de 159.505 consumidores e R\$ 963,9 milhões em investimentos.

**CONTRATOS ASSINADOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Agente Executor e Eletrobrás)**

Região do Brasil	Nº de Contratos	Nº de Agentes Executores	Nº de Consumidores Contratados	Investimento CDE + RGR (milhões R\$)
Norte	16	9	213.100	1.176,0
Nordeste	34	14	824.903	3.543,4
Centro-Oeste	13	7	112.442	693,5
Sudeste	47	35	290.563	1.219,3
Sul	66	28	97.552	402,5
Brasil	176	93	1.538.560	7.034,7

Na tabela a seguir é apresentado, por região geográfica, o número de famílias que foram atendidas pelo Programa Luz para Todos no ano de 2007 e o acumulado no período 2004 a 2007.

FAMÍLIAS ATENDIDAS NO PROGRAMA LUZ PARA TODOS

Região do Brasil	em 2007	de 2004 a 2007
Norte	77.220	216.561
Nordeste	201.141	700.680
Centro-Oeste	25.956	98.079
Sudeste	59.817	302.845
Sul	33.743	117.770
Brasil	397.877	1.435.935

No ano de 2007, profissionais da Eletrobrás efetuaram 99 análises técnico-orçamentárias das solicitações de financiamento e concessão de subvenção para empreendimentos de eletrificação rural e realizaram 80 inspeções físicas de obras associadas aos contratos firmados entre os Agentes Executores e a Eletrobrás no âmbito do Programa Luz para Todos.

**Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz para Todos – Sistema LPT
(Dados Cadastrados em 31/12/2007)**

Nº. de Projetos (ODIs)	192.821
Nº. de Consumidores Ligados	1.058.874 (68,8% da meta contratada)
Rede de Alta Tensão	200.987 km
Rede de Baixa Tensão	45.609 km
Nº. de Transformadores	389.149
Nº. de Postes	2.551.329
Nº. de Sistemas Fotovoltaicos	1.943



ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS

Reserva Global de Reversão – RGR –	Vigência até 2010	Arrecadação anual de R\$ 1,8 bilhão
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE –	Vigência até 2027	Arrecadação anual de R\$ 1,7 bilhão

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel)

Outra importante iniciativa no âmbito das ações governamentais diz respeito à conservação e ao uso racional da energia: o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), foi criado em 1985 e implantado em 1986, visa combater o desperdício de energia elétrica, tanto na produção quanto no consumo. Os recursos utilizados pelo programa são oriundos da Reserva Global de Reversão (RGR) da Eletrobrás, que exerce a função de Secretaria Executiva, e de entidades internacionais.

Combater o desperdício significa otimizar o uso da energia, diminuindo o consumo, reduzindo custos e promovendo a eficiência energética em diversos setores. A realização desse objetivo ocorre por meio dos subprogramas do Procel voltados para as áreas de iluminação pública, industrial, saneamento, educação, edificações, prédios públicos, gestão energética municipal, informações, desenvolvimento tecnológico e divulgação.

A própria missão do Procel já traduz a responsabilidade socioambiental, uma vez que a redução no consumo e na demanda de energia elétrica sem perda da produtividade e do bem estar, obtida pelas ações do programa, traz reflexos sócioeconômicos positivos e atenua os impactos ambientais decorrentes dos empreendimentos evitados e postergados.

Principais atividades do Procel

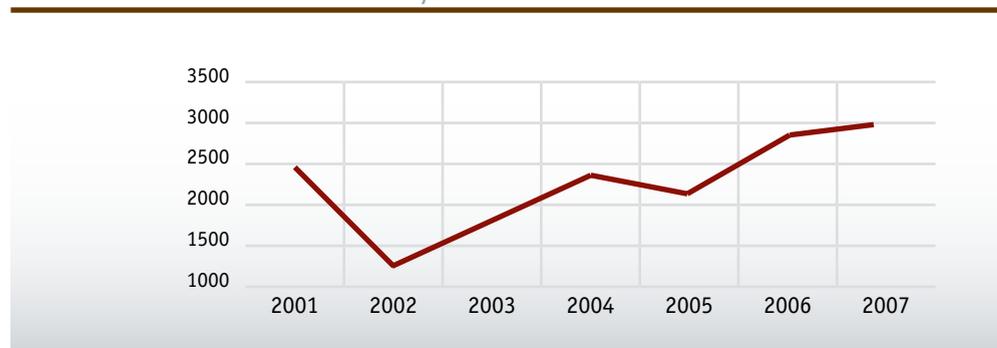
Em 22 anos de existência, o Procel proporcionou ao país uma economia de energia de aproximadamente 27 bilhões de kWh, o que corresponde:

- ao consumo do Estado do Rio Grande do Sul durante o período de um ano;
- ao consumo de aproximadamente 16 milhões de residências nesse mesmo período;
- a cerca de 30% do consumo anual de energia residencial no país.
- Postergação de R\$ 19,5 bilhões em investimentos na expansão do Sistema Elétrico Nacional.

Em 2007, o Procel realizou investimentos de aproximadamente R\$ 56 milhões, desenvolvendo projetos que contribuiriam para uma economia de energia elétrica estimada em cerca de 3 bilhões de kWh, resultado que pode ser comparado ao consumo de energia elétrica de 1,7 milhão de residências no período de um ano, representando um investimento postergado para o setor elétrico em torno de R\$ 2,3 bilhões, que podem ser alocados para programas governamentais prioritários na área social.



PROCEL - ENERGIA ECONOMIZADA - GWh/ano



Fonte: Procel.

Entre as atividades realizadas através do programa, destacam-se:

- treinamento e capacitação de profissionais;
- suporte ao desenvolvimento tecnológico;
- educação nas escolas públicas e privadas, nos três níveis de ensino e profissionalização;
- captação e repasse de recursos para projetos na área de conservação de energia;
- suporte técnico ao poder regulador;
- coordenação do marketing do programa em nível nacional;
- concessão anual de premiação a empresas e pessoas do Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia — Prêmio Procel;
- outorga do Selo Procel de economia de energia;
- desenvolvimento de programas computacionais, guias técnicos e livros;
- manutenção do portal Procel Info com informações, notícias, dados e instrumentos relacionados com a eficiência energética;
- capacitação laboratorial para fins didáticos e suporte técnico dos setores industrial, de edificações, de saneamento e ao programa brasileiro de etiquetagem e selo de eficiência energética;

Áreas de atuação do Procel

Através dos seus subprogramas, o Procel atua em diferentes frentes de ação:

- **Procel Edifica:** eficiência energética em edificações;
- **Procel Educação:** informação e cidadania;
- **Procel EPP:** eficiência energética nos prédios públicos, com ênfase em hospitais;
- **Procel GEM:** gestão energética municipal;

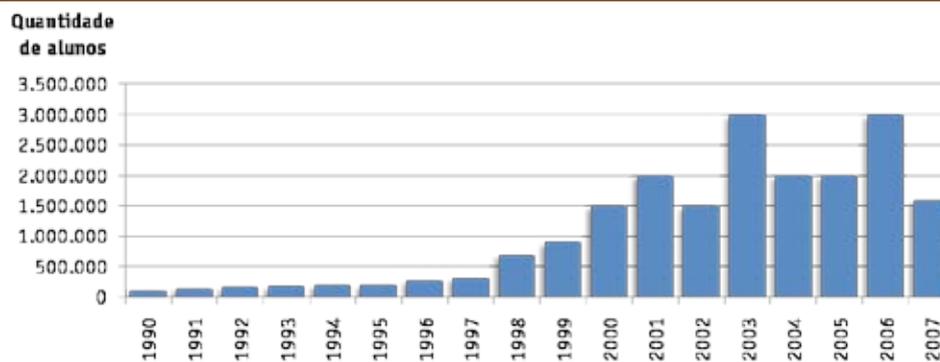


- **Procel Indústria:** eficiência energética industrial;
- **Procel Info:** Centro Brasileiro de Informação em Eficiência Energética — portal de informações;
- **Procel Marketing:** conscientização e informação — Prêmio Procel;
- **Procel Reluz:** eficiência energética na iluminação pública;
- **Procel Sanear:** eficiência energética no saneamento ambiental;
- **Procel Selo:** eficiência energética em equipamentos.

Procel Educação

O Programa Procel nas Escolas é dirigido a estudantes dos níveis fundamental e médio e de universidades. Desde a sua criação, em 1990, o Procel nas Escolas já treinou cerca de 20 milhões de alunos com o apoio das concessionárias de energia elétrica. Em 2007, foram treinados cerca de 1,6 milhão de alunos de 900 instituições de ensino por meio do programa de educação ambiental *A Natureza da Paisagem – Energia*, desenvolvido para atender o nível básico, e da disciplina *Conservação de Energia*, para o nível superior. O Programa também é realizado em escolas técnicas.

PROCEL NAS ESCOLAS - EDUCAÇÃO BÁSICA



Fonte: Procel.



Tecnologia - Selo Procel

Instituído em 1993, o Selo Procel de Economia de Energia é um instrumento concedido anualmente pelo Procel com o intuito de reconhecer e destacar, para o consumidor, os eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes em suas categorias. Seu papel é de transformação do mercado através da informação e conscientização do consumidor, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico, a utilização de aparelhos eficientes e a redução de impactos ambientais. Em 2007, o Selo Procel foi concedido a 2.341 modelos, distribuídos em 21 categorias de equipamentos e eletrodomésticos, tais como: refrigeradores, freezers, condicionadores de ar, coletores solares, reservatórios térmicos solares, motores elétricos, lâmpadas fluorescentes compactas e circulares, reatores eletromagnéticos para lâmpadas fluorescentes tubulares a vapor de sódio e máquinas de lavar roupa.

Nos últimos anos, o Procel investiu cerca de R\$ 15 milhões na capacitação de 22 laboratórios para ensaios de eficiência energética visando dar suporte ao Programa do Selo e à Lei de Eficiência Energética.

Plano Nacional de Recursos Hídricos

O Sistema Eletrobrás, está à frente de um novo desafio: transformar as dificuldades de gerenciamento dos recursos hídricos para a geração elétrica em oportunidades de desenvolver uma gestão do bem público com a participação dos cidadãos, reafirmando-se, assim, como uma empresa de vanguarda. Para tanto, vem acompanhando todos os avanços da política nacional de recursos hídricos, incorporando-os em suas metas e propostas de trabalho, visando sempre o uso racional dos recursos naturais, em especial as águas doces.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, tem o objetivo de “estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas voltadas para a melhoria da oferta de água, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e considerando a água um elemento estruturante para a implementação de políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social”.

O processo de construção do PNRH foi coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e teve a participação do poder público, dos setores usuários e da sociedade civil.

O PNRH brasileiro tem uma conotação inédita na América Latina, por não se restringir ao aspecto hidrológico e por incorporar variáveis que tratam os aspectos espacial, ambiental, político, legal-institucional, econômico, demográfico, sociocultural, científico-tecnológico, saúde e desenvolvimento humano.



Influência sobre os negócios da Eletrobrás

O PNRH organiza o processo de atuação dos diversos agentes na bacia hidrográfica, facilitando, por um lado, o uso racional das águas, mas trazendo um desafio para o setor que é a participação da sociedade no processo decisório de implantação da expansão da geração hidrelétrica.

O Sistema têm atuado junto ao MME e ao MMA com o objetivo de colaborar e aprimorar os programas do PNRH nos quais o setor elétrico faz interface, com destaque para os programas que abordam a gestão dos recursos hídricos entre os diversos usuários, afetando diretamente os reservatórios das usinas hidrelétricas das empresas do Sistema Eletrobrás.

Participação da Eletrobrás no desenvolvimento do PNRH

Atendendo solicitação do Ministério de Minas e Energia, a Eletrobrás e suas empresas controladas se fazem representar nas 12 Comissões Executivas Regionais (CER) responsáveis pelo desenvolvimento do PNRH. As CER foram integradas por representantes da União, dos sistemas estaduais de recursos hídricos, dos usuários e da sociedade civil organizada.

O resultado direto dessa participação foi a explicitação no PNRH da necessidade de que os planos de bacias hidrográficas contemplem a instalação de novas usinas hidrelétricas em consonância com o planejamento do setor, de médio e longo prazo, e em respeito aos fundamentos, objetivos e diretrizes da Lei Federal n.º 9433/97, a Lei da Águas.

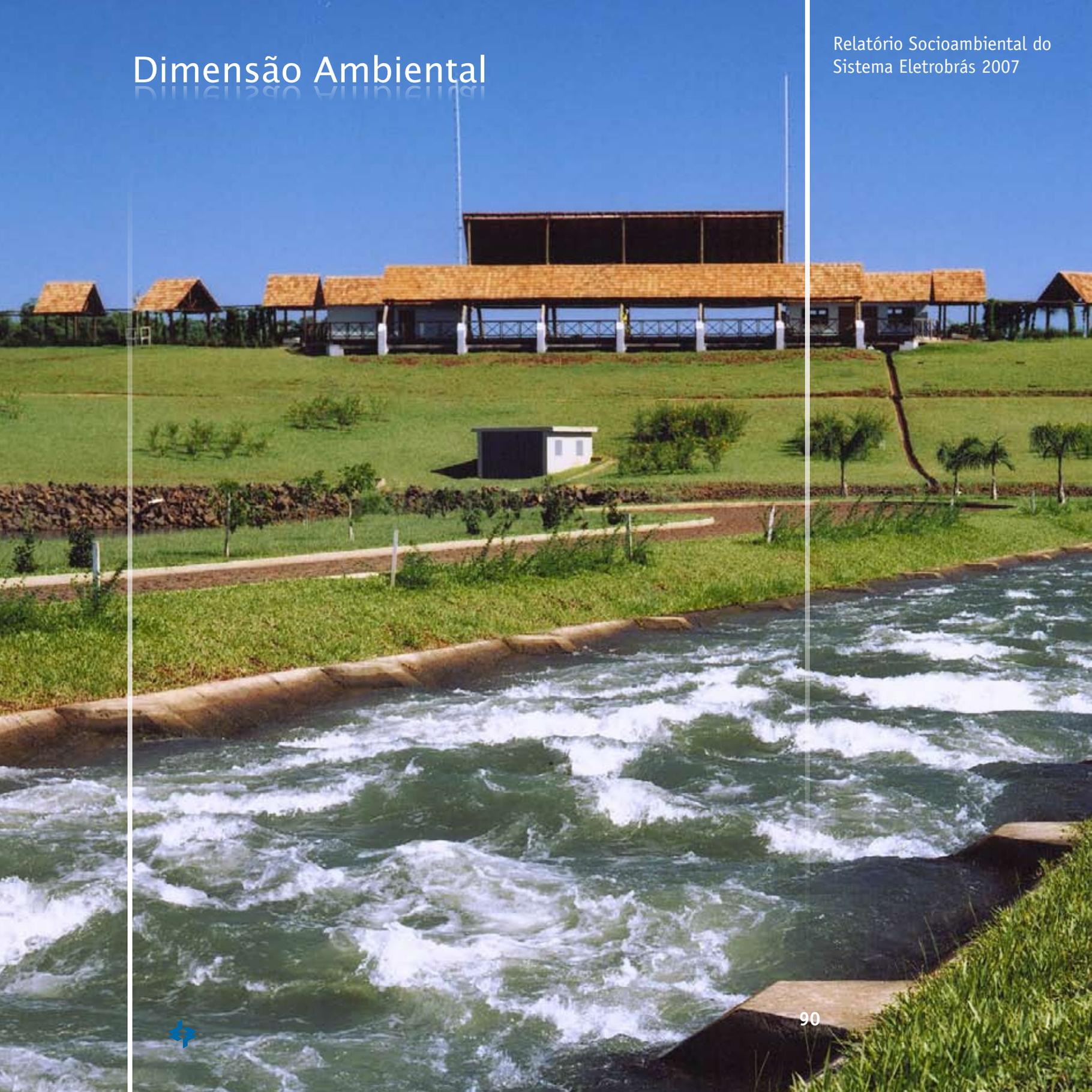
Manual de Inventário de Bacias Hidrográficas

O Manual de Inventário Hidrelétrico tem por objetivo apresentar um conjunto de critérios, procedimentos e instruções para a realização dos estudos de inventário do potencial hidrelétrico de bacias hidrográficas. Em 2005, o Ministério de Minas e Energia contratou o Cepel para coordenar a revisão do Manual de Inventário, editado em 1997 pela Eletrobrás, em especial no tocante aos usos múltiplos da água e às questões ambientais com a inserção de diretrizes para a Avaliação Ambiental Integrada.

Este Manual tem relevância para as atividades da Eletrobrás por ser um instrumento que estabelece os procedimentos e as metodologias para a realização dos estudos de inventário, imprimindo transparência a essa etapa do planejamento setorial. Trata-se de um documento oficial do setor elétrico e, dessa forma, fundamenta os processos de negociações internacionais de serviços e de financiamentos.

Por sua vez, os processos de revisões periódicas do manual permitem a reavaliação das tecnologias empregadas em projetos, dos custos utilizados em orçamentos, das metodologias de avaliação ambiental e de gestão dos usos das águas, o desenvolvimento de novos modelos computacionais de simulação energética e a constante capacitação técnica dos profissionais envolvidos em todas as fases de implantação de um empreendimento hidrelétrico. A última versão do manual foi publicada em 2007.





O gerenciamento do meio ambiente no Sistema Eletrobrás pauta-se pela Política Ambiental aprovada em março de 2006 pelo Consise – Conselho Superior do Sistema Eletrobrás.

Composta de sete princípios, esta diretriz reflete tanto os avanços conceituais, metodológicos e das práticas das empresas do Sistema, quanto a necessidade de efetiva consideração das variáveis socioambientais nas estratégias empresariais e na definição individual de projetos e de internalização nas empresas, em todos os seus escalões e áreas de atividade.

Este capítulo enfoca a aplicação dos sete princípios desta política, que deve ser compreendida como um instrumento dinâmico, que evolui consoante as demandas de ajustes exigidas pelo desenvolvimento social, tecnológico e do marco legal e regulatório afeto à gestão ambiental nos níveis federal, estadual e municipal.

Hoje, o principal desafio é assegurar os meios e recursos que permitam a implementação dos seus princípios. Como estratégia de disseminação optou-se por utilizar a Política Ambiental como a base estrutural da apresentação do que o Sistema Eletrobrás vem realizando na dimensão ambiental.

O Sistema Eletrobrás tem, ainda, diretrizes específicas para tratar as questões relativas à fauna e à flora e apóia a conservação de áreas protegidas do entorno dos seus empreendimentos, apresentadas também neste capítulo.

A Política Ambiental do Sistema Eletrobrás

De forma a exercer as atribuições de coordenação geral da gestão ambiental, que compreende a formulação, revisão e implementação das diretrizes estabelecidas pela Política Ambiental do Sistema, a Eletrobrás atua por meio do Subcomitê de Meio Ambiente (SCMA), um colegiado composto por representantes da área de meio ambiente do Sistema Eletrobrás.

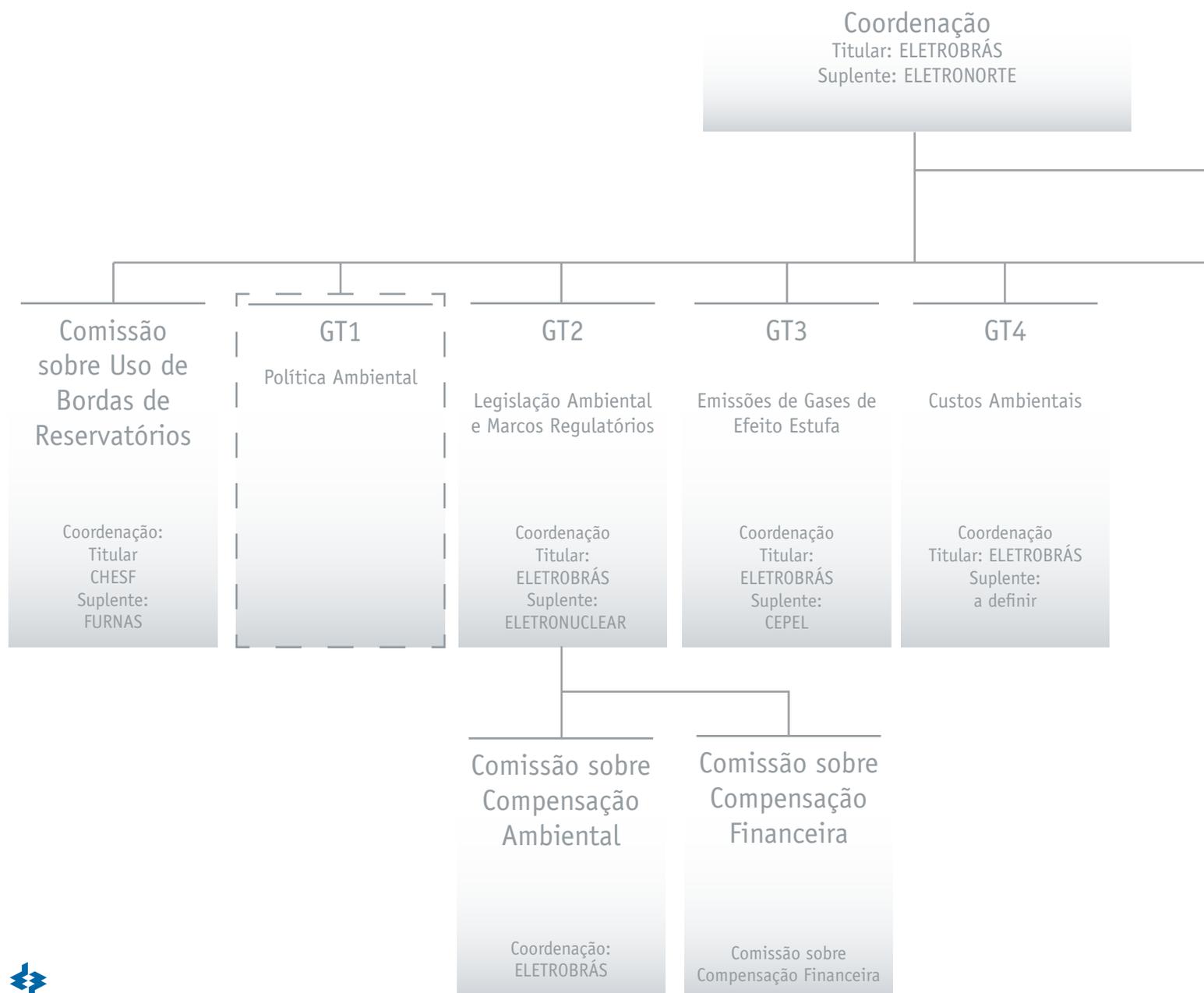
O SCMA é um fórum técnico e institucional que proporciona a interação entre as empresas e viabiliza a definição de diretrizes comuns para o tratamento das questões socioambientais e a realização de procedimentos articulados nos necessários relacionamentos interinstitucionais.

São atribuições do SCMA:

- Consolidar e atualizar a Política Ambiental para as empresas do Sistema Eletrobrás;
- Propor e aprimorar diretrizes e critérios para o melhor desempenho da gestão ambiental nas fases de planejamento, implantação e operação de empreendimentos do Sistema Eletrobrás;
- Propor, coordenar e acompanhar o desenvolvimento de estudos considerados relevantes para o equacionamento de questões socioambientais;
- Apoiar a capacitação contínua dos recursos humanos e o desenvolvimento tecnológico na gestão ambiental;
- Propor diretrizes para a divulgação de informações ambientais.



A estrutura operacional do SCMA compõe-se de nove grupos de trabalho que foram criados de acordo com as demandas e a necessidade de aprofundamento das diversas questões que envolvem a temática ambiental.



Secretaria-Executiva
ELETROBRÁS

GT5

Gestão Ambiental
das Empresas dos
Sistemas Isolados
da Região Norte e
Federalizadas

Coordenação
Titular:
ELETROBRÁS
Suplente:
CERON

GT6

Recursos Aquáticos

Coordenação
Titular:
ITAIPU
Suplente:
ELETROBRÁS

Gt7

Instrumentos de
Gestão Ambiental

Coordenação
Titular:
ELETRONORTE
Suplente:
FURNAS

GT8

Comunicação
Ambiental

Coordenação
Titular:
ELETROBRÁS
Suplente:
CEPEL

GT9

Emissões de Gases de
Efeito Estufa

Coordenação
Titular:
ITAIPU
Suplente:
ELETROBRÁS

Comissão
para Análise
da Resolução
CONAMA N°362/2005

Coordenação:
MANAUS ENERGIA

Fonte: Departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás Holding.

Os sete princípios, apresentados a seguir, constituem uma declaração de intenções do Sistema Eletrobrás, que vem sendo desmembrada em políticas individuais e linhas de ação adequadas às especificidades dos ambientes de negócio e regiões em que atuam as empresas que o integram.

Princípio n.º 1

Integrar a dimensão socioambiental aos planos, projetos, processos e atividades das empresas do Sistema Eletrobrás.

A incorporação da dimensão ambiental na gestão corporativa das empresas tem avançado muito, tendo resultado na implantação de processos de gestão ambiental e na criação de órgãos específicos em suas estruturas organizacionais, com a atribuição de incorporar e gerenciar as questões socioambientais, desde o planejamento até a operação dos empreendimentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização da energia.

Desde o final dos anos 70 e início dos anos 80, as empresas do Sistema Eletrobrás iniciaram a criação de estruturas gerenciais exclusivamente voltadas para a questão ambiental em resposta à crescente importância assumida pelo assunto, congregando equipes multidisciplinares compostas por técnicos com formação e especialização em diversas áreas do conhecimento.

Assim como a Eletrobrás, hoje, praticamente todas as empresas do Sistema já possuem Departamentos específicos e equipes qualificadas para tratar do assunto.

A dimensão ambiental está inserida nas atividades empresariais e de governo exercidas pela Eletrobrás como subsídio aos processos decisórios. Ao conceder empréstimos ou avaliar participações societárias, por exemplo, a empresa realiza a avaliação ambiental prévia dos projetos propostos e acompanha a sua execução no que diz respeito às questões ambientais. Da mesma forma, avaliações ambientais prévias também são realizadas em projetos de interesse do governo federal no Brasil ou em parceria com outros países.

A Eletrobrás, como gestora dos contratos de compra e venda de energia firmados no âmbito do Proinfa, executa também, em caráter permanente, as atividades de acompanhamento ambiental dos empreendimentos integrantes do Programa, compreendendo a aferição da conformidade dos processos de licenciamento e da implantação dos programas ambientais.

No âmbito da gestão do Programa de Operação de Sistemas Isolados, identifica e avalia as principais questões ambientais relacionadas aos parques térmicos e seus entornos.

As empresas do Sistema Eletrobrás buscam a contínua internalização da dimensão ambiental e o seu aprimoramento, tanto na execução de projetos próprios como nas parcerias ou em apoio a terceiros.





Eletronuclear Gerenciamento do Material Radioativo

A indústria nuclear é uma das atividades com interferência humana que segue protocolos rígidos e bastante rigorosos visando o controle dos resíduos que produz.

Adotando rigorosos padrões de segurança, de modo a não permitir a liberação do material radioativo para o meio ambiente, a Eletronuclear realiza um conjunto permanente de programas de monitoramento ambiental e estudos populacionais da flora e fauna na área de influência de sua central nuclear. Esses trabalhos são executados por equipes especializadas, formadas por biólogos, físicos e químicos do Laboratório de Monitoração Ambiental, que utilizam avançada tecnologia.

Entre as suas principais ações, destacam-se os programas de:

- Monitoração da Fauna e da Flora Marinha;
- Monitoração Ambiental Radiológica Operacional;
- Medida de Temperatura da Água do Mar;
- Monitoração e Controle da Qualidade das Águas.

Os resultados são apresentados periodicamente a órgãos de controle nacionais e internacionais, como a Feema, a Cnen, o Ibama, a Agência Internacional de Energia Atômica, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos e o Instituto de Radioproteção e Dosimetria da Comissão Nacional de Energia Nuclear, sendo que, nos 20 anos de funcionamento das usinas não foi constatado nenhum impacto radioativo no meio ambiente.

Princípio n.º 2

Buscar a interação com outros setores e instituições na implementação de planos e ações socioambientais que contribuam para o desenvolvimento sustentável local e regional.

Princípio n.º 3

Promover relacionamento com os diversos segmentos da sociedade envolvidos nas etapas de planejamento, implantação e operação dos empreendimentos de energia elétrica.

A Eletrobrás mantém em sua página na internet canais permanentes de comunicação com o público: Fale Conosco e Ouvidoria. Outras empresas do Sistema também contam com os mesmos serviços. Além disso, o SCMA disponibiliza um canal exclusivo dedicado às demandas de meio ambiente através do endereço eletrônico: scma.secretariaexecutiva@eletrobras.com

No âmbito das ações desenvolvidas pela Eletrobrás e, em consonância com os Princípios nos 2 e 3, são atribuições do SCMA:

- Atuar junto ao Ministério de Minas e Energia, fornecendo subsídios para as questões socioambientais e encaminhando propostas de interesse do Sistema Eletrobrás;
- Incentivar a participação e promover, quando couber, o posicionamento conjunto das empresas do Sistema Eletrobrás em eventos e fóruns nacionais e internacionais nas áreas de energia e meio ambiente;
- Propor diretrizes para a divulgação de informações ambientais.

Scma – Gt6 Recursos Aquáticos Aqüicultura nos Reservatórios das Hidrelétricas

O desenvolvimento da aqüicultura pelo uso de tanques-rede é considerado como grande alternativa à produção de pescado. Com produtividade que pode atingir cerca de 300Kg/m³/ano, este sistema de produção está sendo aplicado em reservatórios, em lagos e mar.

Contudo, a atividade de criação de peixes neste sistema pode proporcionar impactos ambientais indesejáveis, caso não seja respeitado o limite de aporte de nutrientes no ambiente aquático (capacidade de suporte), e não sejam observados os limites espaciais estabelecidos a partir do zoneamento de áreas propícias para a instalação dos projetos.

A importância da participação do setor elétrico nesses processos deve ser salientada porque as concessionárias geradoras adquiriram grande conhecimento através de experiências que visaram possibilitar o incremento da quantidade e da qualidade do pescado; minimizar os conflitos entre as diferentes modalidades de pesca; e a melhoria da qualidade de vida dos pescadores profissionais, sempre tendo em vista a preservação do meio ambiente.

No segundo semestre de 2007 foram concluídos os documentos “Aspectos técnicos a serem considerados no desenvolvimento da aqüicultura nas empresas do Sistema Eletrobrás” e “Diretrizes para Implantação de Empreendimentos de Aqüicultura nos reservatórios de Hidrelétricas do Sistema Eletrobrás – Zoneamento de Áreas e Capacidade de Suporte”.

Para o estabelecimento destas Diretrizes, foram ouvidos técnicos do Sistema Eletrobrás, docentes, especialistas da área de aqüicultura, e entidades como ANA, Ibama, SPU – Secretaria do Patrimônio da União e Seap – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca.

Apresentam-se nos boxes a seguir outros exemplos de ações de gestão ambiental, marcadas pela interação com agentes públicos e privados ou diretamente com a população, contemplando as diretrizes contidas nos Princípios nºs 2 e 3.

Itaipu Cultivando Água Boa

O programa Cultivando Água Boa, que têm na sua essência a gestão das bacias hidrográficas na área de influência do reservatório da usina, garante o monitoramento da qualidade da água, a adequação de propriedades rurais às normas ambientais, a preservação e recuperação de *habitats* naturais, a destinação adequada de resíduos e a conscientização da população em relação às mudanças nos modos de ser, produzir e consumir, entre outras iniciativas. É realizado em parceria com prefeituras, ONGs, órgãos públicos federais e estaduais, cooperativas e associações.

A participação de agentes de diversos segmentos representativos da sociedade é a base para o modelo de gestão participativa adotado. Assim, ocorre o envolvimento da comunidade, que aprende, discute, participa e se compromete com as decisões.

Por meio dos comitês gestores de microbacias hidrográficas, em conjunto com técnicos de Itaipu, alternativas sustentáveis são colocadas em prática, sempre compartilhando responsabilidades, dissabores e sucessos.





Eletrosul Projeto Viveiros Nativos

A Eletrosul desenvolve um conjunto expressivo de ações de recuperação de áreas degradadas, gerenciamento de resíduos, reposição florestal e monitoramento e controle de processos erosivos quando da implantação de seus empreendimentos. As ações de supressão de vegetação para implantação, recuperação de áreas degradadas, gerenciamento de resíduos e monitoramento e controle de processos erosivos geralmente são executadas pelas empreiteiras contratadas por meio de licitação pública.

O Projeto Viveiros Nativos — Geração Sustentável de Trabalho e Renda para Jovens e Agricultores pela Produção e Comercialização de Mudanças de Espécies Nativas, realizado na Serra do Tabuleiro (SC), vai garantir, de forma sustentável, a melhoria da qualidade de vida para jovens e agricultores ligados à Associação de Apicultores e Agroecologistas do Vale do Rio D'Una (Apivale), que sobrevivem em pequenas propriedades limítrofes ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Isto se dará pela montagem e operação de um viveiro-escola e três nativos, com capacidade para até 45 mil mudas/ano cada um. A meta é a produção e comercialização de 180 mil mudas nativas/ano direcionadas para o Mercado Institucional de Espécies Nativas para Projetos de Revegetação e Recuperação Ambiental. Esta ação contribui, também, para a sustentabilidade ambiental. O projeto teve início no 2º semestre de 2006 e o seu encerramento está previsto para 2008.

Chesf Banco Genético do Bioma Caatinga

O bioma Caatinga é o principal ecossistema existente na Região Nordeste, estendendo-se pelo domínio de climas semi-áridos, numa área de 73.683.649 ha, 6,83% do território nacional; ocupa os Estados da BA, CE, PI, PE, RN, PB, SE, AL, MA e MG. O termo Caatinga é originário do tupi-guarani e significa mata branca. É um bioma único pois, apesar de estar localizado em área de clima semi-árido, apresenta grande variedade de paisagens, relativa riqueza biológica e endemismo. A ocorrência de secas estacionais e periódicas estabelece regimes intermitentes aos rios e deixa a vegetação sem folhas. A folhagem das plantas volta a brotar e fica verde nos curtos períodos de chuvas.

A Chesf mantém um Banco Genético do Bioma Caatinga que, além de preservar sementes das espécies deste bioma, produz mudas para atender aos programas da empresa e distribuição aos municípios e proprietários da região. Desta forma, já foram distribuídas 36.500 mudas de espécies da Caatinga em oito municípios do Ceará e do Rio Grande do Norte.

Princípio n.º 4

Contribuir para que a operação e a expansão do parque gerador do Sistema Eletrobrás utilizem os recursos energéticos do país, considerando as potencialidades e as especificidades locais e regionais, e atendam aos princípios do desenvolvimento sustentável e promover a utilização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), estabelecido pelo Protocolo de Quioto.

A possibilidade de gerar energia elétrica utilizando essencialmente uma fonte primária renovável, como é o caso da hidráulica, é um diferencial do setor elétrico brasileiro, acentuadamente presente nas empresas do Sistema Eletrobrás.

O planejamento de longo prazo da expansão do sistema elétrico brasileiro, elaborado pelo MME, indica a necessidade de utilização do potencial hídrico da Amazônia. Para tal, será necessária uma forte atuação de governo para a viabilização social, política e ambiental dos projetos, seja pela complexidade, pelo porte ou pelo volume de recursos envolvidos.

Dentre as atividades de gestão e implementação de projetos e programas de governo, a Eletrobrás é a responsável pela conclusão dos estudos de viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, coordenando a revisão e a complementação dos Estudos de Impacto Ambiental do empreendimento, visando ao licenciamento ambiental, em atendimento à legislação. Nesta tarefa, conta com o apoio técnico e institucional da Eletronorte.

Eletrobrás **Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte**

Em 2007, foram retomados os trabalhos de revisão e complementação dos estudos ambientais que se encontravam interrompidos por decisão judicial. O processo de licenciamento ambiental do empreendimento junto ao Ibama foi retomado, tendo sido concluídas as atividades de Consulta Pública, Inspeção Técnica e emissão do Termo de Referência para a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental.

O inventário do rio Xingu foi revisto e foi entregue à Aneel em 31 de outubro de 2007. No inventário anterior eram contemplados de seie a sete empreendimentos, com área alagada de 18 mil km². Agora, propõe-se apenas um empreendimento, com uma área inundada de 516 km², dos quais, atualmente, entre 200 e 220 km² já são naturalmente inundados pelo rio Xingu durante a época de cheia.

Dentre os estudos em andamento, pesquisadores do museu paraense Emílio Goeldi — referência internacional na Amazônia — estão fazendo levantamentos na região, tanto da fauna como da flora. Também serão realizados estudos sócioeconômicos visando ao conhecimento da região e ao levantamento das populações e atividades econômicas afetadas pelo empreendimento. Depois dessa fase serão propostas ações de mitigação e de compensação dos impactos identificados. É importante destacar que não haverá inundação de terra indígena.

As empresas do Sistema Eletrobrás estão analisando diferentes oportunidades de projetos de MDL, tais como: biofixação de carbono por microalgas, participação em projetos de geração de energias alternativas pela queima de biomassa e biocombustível, estudos de células combustíveis, biodiesel, energia solar e energia de ondas, entre outros.

Tem sido priorizada a capacitação de especialistas técnicos no tema mudanças climáticas. Adicionalmente, de forma preventiva, as empresas vêm investindo na pesquisa de alternativas para a redução de emissões e no estudo de metodologias para o inventário de gases de efeito estufa de reservatórios de hidrelétricas.

No âmbito do SCMA, o GT3 – Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) coordena a elaboração do inventário de GEE do Sistema Eletrobrás. O primeiro inventário foi emitido para o ano base de 2005 e será atualizado continuamente.





Princípio n.º 5

Apoiar programas de conservação de energia e de eficiência energética como estratégia para a racionalização do uso dos recursos naturais e redução dos impactos socioambientais.

As ações que contemplam este Princípio são realizadas através do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel e estão apresentadas no capítulo 17 – Programas de Energia.

Princípio n.º 6

Apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico aplicado a questões socioambientais relacionadas à implantação e à operação dos empreendimentos de energia elétrica.

Contribuir para o progresso tecnológico do setor elétrico, incentivar a indústria nacional e desenvolver tecnologias que não agredem o meio ambiente são objetivos das ações do Sistema Eletrobrás na área de tecnologia, sob a coordenação da Eletrobrás.

Na Eletrobrás existe uma Gerência de Meio Ambiente, com atribuições específicas de desenvolver projetos e estudos, em parceria com universidades e instituições de pesquisa, voltados para o aprimoramento contínuo das práticas e métodos utilizados na gestão ambiental.

Nas empresas do Sistema Eletrobrás, além dos investimentos em P&D, também são desenvolvidos estudos em parceria com universidades e instituições de pesquisa em suporte às atividades de operação e, também, no desenvolvimento de novos projetos.

Ainda, em suporte ao desenvolvimento científico e tecnológico aplicado a questões socioambientais, cabe salientar a atuação da área de meio ambiente do Cepel no atendimento às demandas das empresas do Sistema.

CGTEE

Microalgas

A Eletrobrás e a CGTEE assinaram com a Fundação Universidade Federal do Rio Grande e com a Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande convênio para utilizar microalgas com o objetivo de reduzir a emissão de gás carbônico (CO₂) pela termelétrica Presidente Médici, em Candiota.

A primeira etapa do projeto compreende a implantação de um experimento piloto.

Estima-se que a iniciativa venha a permitir, quando implantada em escala real, a diminuição em até 46% da emissão de gás carbônico da planta de Candiota - atualmente da ordem de 1,6 milhão de t/ano.

Entre as características desses microorganismos que podem, desde já, apontar para o sucesso desta alternativa podemos citar as seguintes:

- Maiores taxas de fixação de CO₂ que as plantas superiores;

- Capacidade de assimilar CO₂ e transformá-lo em carboidratos e outras substâncias utilizáveis, tais como ácidos graxos e proteínas, usando a energia solar;
- Melhor adequação para incorporar CO₂ removendo-o do sistema em processos industriais que outros sistemas fotossintéticos, usando plantas superiores;
- As microalgas requerem acomodações mais simples e menor espaço de terra do que as plantas superiores;
- O aumento de escala a partir de um experimento de laboratório é mais facilmente atingido;
- Ótima capacidade fotossintética;
- Muitas espécies de microalgas são capazes de crescer bem em águas residuais, salobras e salgadas e podem tolerar ampla flutuação da temperatura;

Os resultados de fixação de gás carbônico por microalgas são gerados em meses ou poucos anos, ao passo que com árvores estes, valores só são conhecidos em muitos anos ou décadas.

Princípio n.º 7

Incentivar a implementação e o aperfeiçoamento contínuo de sistemas de gestão ambiental integrados aos demais sistemas de gestão empresarial.

O Sistema de Gestão Ambiental – SGA é uma ferramenta que permite à organização alcançar e, sistematicamente, controlar o nível de desempenho ambiental por ela estabelecido.

O Sistema Eletrobrás vem investindo na criação de instrumentos para subsidiar um SGA corporativo e, conseqüentemente, viabilizar a sua implementação.

Algumas empresas do Sistema Eletrobrás já avançaram na formulação e na implementação de procedimentos que visam à integração com os demais processos de gestão corporativa.

Cepel Indicadores Socioambientais

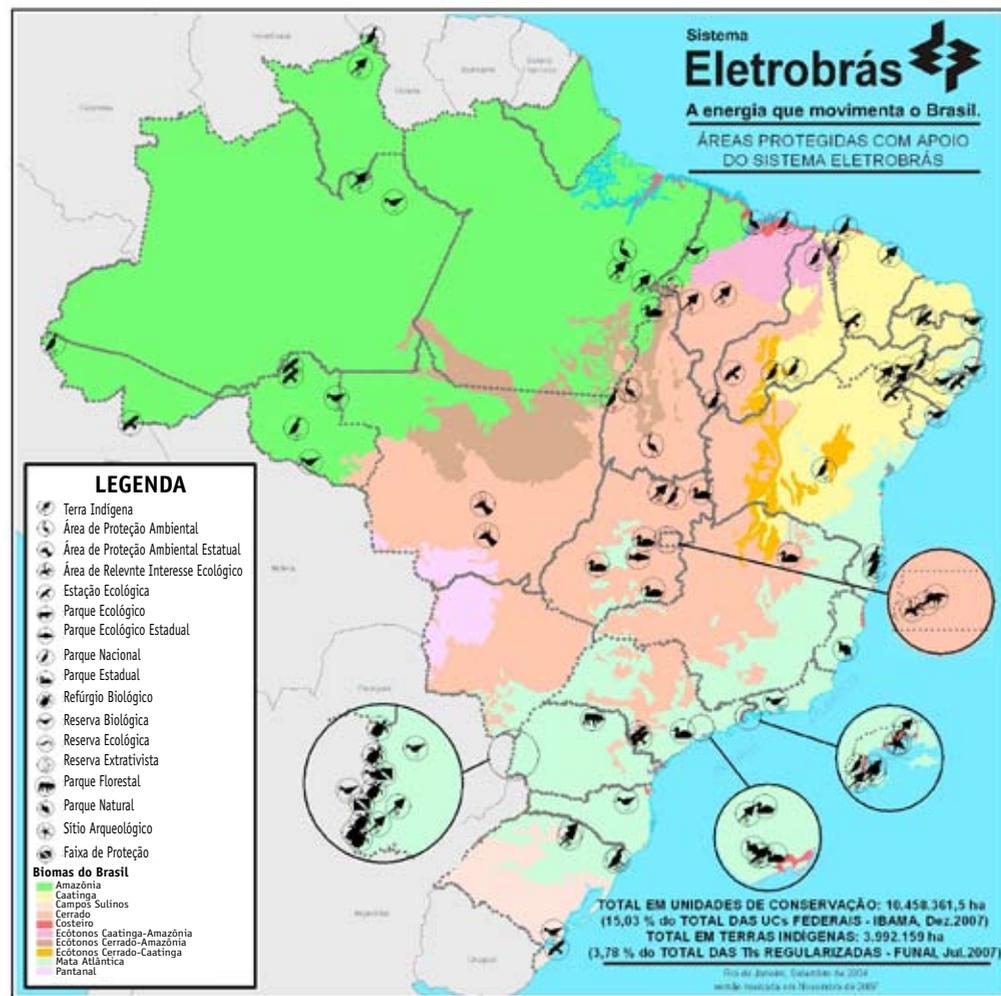
A Eletrobrás contratou um projeto junto ao Cepel, para subsidiar um sistema de gestão ambiental corporativo.

O Projeto Indicadores Socioambientais para a Gestão da Sustentabilidade Empresarial do Sistema Eletrobrás (IGS) tem como objetivos estabelecer um conjunto de indicadores de desempenho socioambiental e implementar um banco de dados para as informações relacionadas com os indicadores, como subsídio à avaliação e à comunicação da melhoria do desempenho socioambiental do Sistema Eletrobrás.

O produto a ser obtido com o Projeto IGS permitirá à *Holding* avaliar os sistemas de gestão ambiental existentes nas empresas, além de auxiliar no estabelecimento de metas futuras e no planejamento de sistemas de gestão ainda não existentes.

Este projeto conta com a participação ativa das empresas do Sistema Eletrobrás.

Áreas protegidas com apoio do Sistema Eletrobrás



QUADRO RESUMO DAS ÁREAS	Área (ha)	Em %
UCs Federais no Brasil ⁽¹⁾	69.542.492,00	100,00
UCs com Apoio da Eletrobrás	10.458.361,50	15,03
Terras Indígenas Demarcadas ⁽²⁾	105.672.003,00	100,00
Terras Indígenas com apoio da Eletrobrás	3.992.159,00	3,78

(1) FONTE: Ibam/2007 - (2) FONTE: Funai/2007

É inegável a importância da biodiversidade para o equilíbrio do planeta. Sua sustentação, no entanto, encontra-se entre um dos mais graves dilemas que o setor energético e o governo brasileiro vêm encontrando em prol do desenvolvimento sustentável do país.

Por um lado, no esforço de conservação da biodiversidade, uma das ferramentas mais utilizadas no Brasil é a criação de unidades de conservação. A manutenção destas áreas, no entanto, constitui-se em um enorme desafio devido aos seus elevados custos.

Por outro lado, as empresas do setor de energia, em especial, aquelas em que predomina a geração hidráulica, são cobradas pelo alagamento de grandes áreas com seus reservatórios.

Cientes de sua responsabilidade e visando à compensação pelos impactos causados, as empresas que compõem o Sistema Eletrobrás destinam recursos para a proteção de diversas áreas que, somadas, correspondiam, em 2007, a mais de quatro vezes o total da área ocupada pelos reservatórios no Brasil.

Área ocupada por reservatórios de usinas hidrelétricas no Brasil (Aneel, 2006)	32.736 km ²
Área protegida com apoio das empresas do Sistema Eletrobrás (2007)	144.505 km ² (sendo 39.921 km ² AIs)

Detalhamento das áreas protegidas com apoio do Sistema Eletrobrás

Nº	NOME	GESTOR	AREA (ha)	TIPO	EMPRESA
1	ESEC do Taim	Ibama	111317	Estação Ecológica	CGTEE
2	REBIO do Mato Grande	SEMA/RS	5117	Reserva Biológica	CGTEE
3	ESEC de Aiuaba	Ibama	11805	Estação Ecológica	Chesf
4	ESEC de Murici	Ibama	6157	Estação Ecológica	Chesf
5	ESEC de Uruçui-Una	Ibama	204315	Estação Ecológica	Chesf
6	ESEC do Seridó	Ibama	1128	Estação Ecológica	Chesf
7	ESEC Raso da Catarina	Ibama	105282	Estação Ecológica	Chesf
8	PARNA da Chapada Diamantina	Ibama	152575	Parque Nacional	Chesf
9	PARNA da Serra das Confusões	Ibama	526106	Parque Nacional	Chesf
10	PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba	Ibama	733162	Parque Nacional	Chesf
11	PARNA de Jericoacoara	Ibama	6295	Parque Nacional	Chesf
12	PARNA de Sete Cidades	Ibama	6331	Parque Nacional	Chesf
13	PARNA do Catimbau	Ibama	62554	Parque Nacional	Chesf
14	PARNA do Descobrimento	Ibama	21213	Parque Nacional	Chesf
15	PARNA do Monte Pascoal	Ibama	22383	Parque Nacional	Chesf
16	PARNA do Pau Brasil	Ibama	11590	Parque Nacional	Chesf
17	PARNA do Ubajara	Ibama	6299	Parque Nacional	Chesf
18	PARNA dos Lençóis Maranhenses	Ibama	147222	Parque Nacional	Chesf
19	PARNA Serra da Capivara	Ibama	92228	Parque Nacional	Chesf
20	REBIO de Guaribas	Ibama	2714	Reserva Biológica	Chesf
21	REBIO de Pedra Talhada	Ibama	3757	Reserva Biológica	Chesf
22	REBIO de Saltinho	Ibama	564	Reserva Biológica	Chesf
23	REBIO de Santa Isabel	Ibama	2430	Reserva Biológica	Chesf
24	REBIO de Serra Negra	Ibama	627	Reserva Biológica	Chesf
25	TI Pankararu	Funai	8337	Terra Indígena	Chesf
26	TI Pitaguary	Funai	1735	Terra Indígena	Chesf
27	TI Tuxá	Funai	7150	Terra Indígena	Chesf
28	APA do Bacanga	Gama/MA	3075	Área de Proteção Ambiental	Eletronorte
29	APA do Lago de Tucuruí	Sectam/PA	568000	Área de Proteção Ambiental	Eletronorte



30	ESEC de Cuniã	Ibama	49888	Estação Ecológica	Eletronorte
31	ESEC de UATUMÃ	Sedam/RD	71061	Estação Ecológica	Eletronorte
32	ESEC do Rio Acre	Ibama	78125	Estação Ecológica	Eletronorte
33	PARES da Serra das Andorinhas/Martírios	Sectam/PA	24897	Parque Estadual	Eletronorte
34	PARNA da Serra do Divisor	Ibama	840955	Parque Nacional	Eletronorte
35	PARNA de Pacaás Novos	Ibama	711468	Parque Nacional	Eletronorte
36	PARNA do Araguaia	Ibama	557708	Parque Nacional	Eletronorte
37	PARNA do Monte Roraima	Ibama	117147	Parque Nacional	Eletronorte
38	REBIO do Guaporé	Ibama	617724	Reserva Biológica	Eletronorte
39	REBIO do Gurupi	Ibama	272375	Reserva Biológica	Eletronorte
40	REBIO do Jarú	Ibama	293335	Reserva Biológica	Eletronorte
41	REBIO do Uatumã	Ibama	942779	Reserva Biológica	Eletronorte
42	RESEX do Ciriáco	Ibama	7192	Reserva Extrativista	Eletronorte
43	TI Cana Brava/Guajajara	Funai	126413	Terra Indígena	Eletronorte
44	TI Krikati	Funai	146000	Terra Indígena	Eletronorte
45	TI Mãe Maria	Funai	62488	Terra Indígena	Eletronorte
46	TI Parakanã	Funai	351697	Terra Indígena	Eletronorte
47	TI São Marcos	Funai	654110	Terra Indígena	Eletronorte
48	TI Waimiri/Atroari	Funai	2585911	Terra Indígena	Eletronorte
49	APA Restinga de Mambucaba	Eletronuclear	6	Área de Proteção Ambiental	Eletronuclear
50	ESEC de Tamoios	Ibama	21438	Estação Ecológica	Eletronuclear
51	SA Piraquara de Fora	Eletronuclear	4	Sítio Arqueológico	Eletronuclear
52	TI Guarani Araponga	Funai	213	Terra Indígena	Eletronuclear
53	TI Guarani do Bracuí	Funai	2128	Terra Indígena	Eletronuclear
54	TI Parati Mirim	Funai	79	Terra Indígena	Eletronuclear
55	PARNA da Serra da Bocaina	Ibama	97953	Parque Nacional	Eletronuclear / Furnas
56	PAFLO Ibioporã	IAP/PR	74	Parque Florestal	Eletrosul
57	PARNA da Serra Geral	Ibama	17333	Parque Nacional	Eletrosul
58	PARNA de Aparados da Serra	Ibama	13082	Parque Nacional	Eletrosul
59	REBIO de Sassafrás	Fatma/SC	39	Reserva Biológica	Eletrosul
60	TI Carreteiro	Funai	602	Terra Indígena	Eletrosul
61	TI Ligeiro	Funai	4565	Terra Indígena	Eletrosul
62	APAE Chapada dos Guimarães	Fema/MT	251847	Área de Proteção Ambiental Estadual	Furnas

63	APAE das Cabeceiras do Rio Cuiabá	Fema/MT	473410	Área de Proteção Ambiental Estadual	Furnas
64	APA da Ilha do Bananal/Cantão	Naturatins/TO	1481163	Área de Proteção Ambiental	Furnas
65	APA de Santa Teresa	Naturatins/TO	47429	Área de Proteção Ambiental	Furnas
66	ARIE JK	Semarh/DF	2481	Área de Relevante Interesse Ecológico	Furnas
67	ESEC de Itaberá	IF/SP	180	Estação Ecológica	Furnas
68	ESEC de Itapeva	IF/SP	106	Estação Ecológica	Furnas
69	PAREC Olhos D'água	Semarh/DF	0,5	Parque Ecológico	Furnas
70	PAREC Altamiro de Moura Pacheco	AG.Ambiental/ GO	3872	Parque Ecológico Estadual	Furnas
71	PARES da Cantareira	IF/SP	7916	Parque Estadual	Furnas
72	PARES da Serra de Caldas Novas	AG.Ambiental/ GO	12500	Parque Estadual	Furnas
73	PARES da Serra do Mar	IF/SP	315390	Parque Estadual	Furnas
74	PARES do Jurupará	IF/SP	26250	Parque Estadual	Furnas
75	PARES Grão Mogol	IEF/MG	33324	Parque Estadual	Furnas
76	PARES Paraúna	AG.Ambiental/ GO	3250	Parque Estadual	Furnas
77	PARES Pirineus	AG.Ambiental/ GO	2833	Parque Estadual	Furnas
78	PARES Terra Ronca	AG.Ambiental/ GO	57000	Parque Estadual	Furnas
79	PARNA da Chapada dos Veadeiros	Ibama	65038	Parque Nacional	Furnas
80	PARNATU Cratera da Colônia	SVMA/SP	53	Parque Natural	Furnas
81	PARNATU Rota das Garças	P.M.Viana	20	Parque Natural	Furnas
82	REBIO do Tinguá	Ibama	24903	Reserva Biológica	Furnas
83	REBIO São Camilo	IAP/PR	385	Reserva Biológica	Furnas
84	RESEC Guarã	Semarh/DF	200	Reserva Ecológica	Furnas
85	TI Avá-Canoeiro	Funai	38703	Terra Indígena	Furnas
86	TI Guarani da Barragem	Funai	26	Terra Indígena	Furnas
87	TI Jaraguá	Funai	1	Terra Indígena	Furnas
88	TI Krukutu	Funai	26	Terra Indígena	Furnas
89	APA da Margem Direita (Paraguai)	Itaipu	31226	Faixa de Proteção	Itaipu



90	APA da Margem Esquerda (Brasil)	Itaipu	29475	Faixa de Proteção	Itaipu
91	REBIO Bela Vista	Itaipu	1908	Refúgio Biológico	Itaipu
92	REBIO Binacional de Maracaju	Itaipu	1356	Refúgio Biológico	Itaipu
93	REBIO de Carapá	Itaipu	3250	Refúgio Biológico	Itaipu
94	REBIO de Pikiñi	Itaipu	900	Refúgio Biológico	Itaipu
95	REBIO de Santa Helena	Itaipu	1483	Refúgio Biológico	Itaipu
96	REBIO de Taty-Yupi	Itaipu	2245	Refúgio Biológico	Itaipu
97	REBIO de Itavó	Itaipu	13807	Reserva Biológica	Itaipu
98	REBIO de Limoy	Itaipu	14332	Reserva Biológica	Itaipu
99	TI Avá-Guarani do Ocoi	Funai	231	Terra Indígena	Itaipu
100	TI Tekoha Anetete	Funai	1744	Terra Indígena	Itaipu

Fonte: Departamento de Meio Ambiente da Eletrobrás Holding.

Sistema Eletrobrás		
Indicadores	2007	2006
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente (R\$ Mil)	93.577	81.338
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados (R\$ Mil)	22.429	19.925
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade (R\$ Mil)	141	154
Investimentos e gastos com a educação ambiental para a comunidade (R\$ Mil)	5.235	3.446
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais (R\$ Mil)	215.635	91.335
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	12	9
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	---	---
Passivos e contingências ambientais (R\$ Mil)	---	43
Total da interação com o meio ambiente (R\$ Mil)	337.017	196.241

Fonte: Demonstrações Financeiras de 2007.
Observação: Não inclui dados da Eletrobrás Holding.



Anexos





Empresa: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás

1 - Base de Cálculo	2007 Valor (Mil reais)			2006 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	9.438.823			7.285.838		
Resultado operacional (RO)	1.401.020			1.470.606		
Folha de pagamento bruta (FPB)	86.869			41.971		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.850	9,04%	0,08%	5.760	13,72%	0,08%
Encargos sociais compulsórios	27.663	31,84%	0,29%	24.671	58,78%	0,34%
Previdência privada	10.331	11,89%	0,11%	11.933	28,43%	0,16%
Saúde	10.988	12,65%	0,12%	7.351	17,51%	0,10%
Segurança e saúde no trabalho	2.106	2,42%	0,02%	1.383	3,30%	0,02%
Educação / Auxílio creche	684	0,79%	0,01%	487	1,16%	0,01%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.729	4,29%	0,04%	2.602	6,20%	0,04%
Participação nos lucros ou resultados	18.000	20,72%	0,19%	17.000	40,50%	0,23%
Outros	525	0,60%	0,01%	562	1,34%	0,01%
Total - Indicadores sociais internos	81.876	94,25%	0,87%	71.749	170,95%	0,98%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	286	0,02%	0,00%	2.602	0,18%	0,04%
Cultura	19.752	1,41%	0,21%	27.334	1,86%	0,38%
Saúde e infra-estrutura	623	0,04%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Esporte	6.695	0,48%	0,07%	6.769	0,46%	0,09%
Geração de Trabalho e Renda	831	0,06%	0,01%	738	0,05%	0,01%
Outros	235	0,02%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Reassentamento de Famílias	413	0,48%	0,03%	0	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	28.835	2,06%	0,31%	37.443	2,55%	0,51%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.131.336	80,75%	11,99%	938.054	63,79%	12,88%
Total - Indicadores sociais externos	1.160.171	82,81%	12,29%	975.497	66,33%	13,39%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	146	0,01%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	146	0,01%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> (x) não possui metas <input type="checkbox"/> () cumpre de 51 a 75%		<input type="checkbox"/> () não possui metas <input type="checkbox"/> () cumpre de 51 a 75%		<input type="checkbox"/> () cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> () cumpre de 76 a 100%	
	<input type="checkbox"/> () cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> () cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> (x) cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> () cumpre de 76 a 100%			



5 - Indicadores do Corpo Funcional	2007		2006							
Nº de empregados(as) ao final do período	934		975							
Nº de admissões durante o período	25		138							
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	ND		ND							
Nº de estagiários(as)	272		258							
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	626		ND							
Nº de mulheres que trabalham na empresa	296		304							
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	24,00%		24,00%							
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	18		ND							
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,60%		ND							
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	4		4							
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2007		Metas 2008							
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	16,05		16,05							
Número total de acidentes de trabalho	23		É realizado trabalho de prevenção							
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() Direção	(x) Direção e Gerências	() todos(as) empregados(as)	() Direção	(x) Direção e Gerências	() todos(as) empregados(as)				
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() Direção e Gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cípa	() Direção e Gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cípa				
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT				
A previdência privada contempla:	() Direção	() Direção e Gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() Direção	() Direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)				
A Participação dos Lucros ou resultados contempla:	() Direção	() Direção e Gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() Direção	() Direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)				
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos				
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	(X) não se envolverá	() apoiará	() organizará e incentivará				
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça				
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça				
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2007: 6.021.851		Em 2006: 5.235.625							
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	- 1,59% governo	4,62% colaboradores(as)	11,68% acionistas	70,97% terceiros	14,02% retido	8,77% governo	3,94% colaboradores(as)	8,78% acionistas	67,10% terceiros	13,40 % retido
7 - Outras Informações										
Os itens referentes à reclamações e críticas de consumidor não se aplicam à Eletrobrás. 1) CNPJ: 00.001.180/0002-07; Setor Econômico: Energia Elétrica; UF da sede: DF (escritório central:RJ); 2) Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. 3) Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente. 4) Nº baseado em auto declaração dos empregados(as).										

Balanço Social do Sistema Eletrobrás

R\$195000 200911 DO 21216119 F16100192

BALANÇO SOCIAL ANUAL / 2007



Empresas do Sistema Eletrobrás

1 - Base de Cálculo	2007 Valor (Mil reais)			2006 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	15.768.577			14.260.322		
Resultado operacional (RO)	1.961.327			896.848		
Folha de pagamento bruta (FPB)	2.156.580			1.829.833		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	127.708	5,92%	0,81%	123.268	6,74%	0,86%
Encargos sociais compulsórios	551.791	25,59%	3,50%	494.939	27,05%	3,47%
Previdência privada	175.828	8,15%	1,12%	175.696	9,60%	1,23%
Saúde	184.048	8,53%	1,17%	160.744	8,78%	1,13%
Segurança e saúde no trabalho	14.239	0,66%	0,09%	14.214	0,78%	0,10%
Educação / Auxílio Creche	22.187	1,03%	0,14%	15.471	0,85%	0,11%
Cultura	3.075	0,14%	0,02%	2.060	0,11%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	54.464	2,53%	0,35%	49.195	2,69%	0,34%
Participação nos lucros ou resultados	224.013	10,39%	1,42%	204.502	11,18%	1,43%
Outros (transporte)	13.278	0,62%	0,08%	13.839	0,76%	0,10%
Total - Indicadores sociais internos	1.370.631	63,56%	8,69%	1.253.928	68,53%	8,79%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	17.010	0,87%	0,11%	14.632	1,63%	0,10%
Cultura	39.000	1,99%	0,25%	63.522	7,08%	0,45%
Saúde e infra-estrutura	34.946	1,78%	0,22%	44.222	4,93%	0,31%
Esporte e lazer	10.654	0,54%	0,07%	9.896	1,10%	0,07%
Combate à fome e segurança alimentar	3.967	0,20%	0,03%	3.284	0,37%	0,02%
Geração de Trabalho e Renda	3.372	0,17%	0,02%	4.009	0,45%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade	225.951	11,52%	1,43%	292.647	32,63%	2,05%
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.554.314	130,23%	16,20%	2.034.421	226,84%	14,27%
Total - Indicadores sociais externos	3.292.831	167,89%	20,88%	2.836.970	316,33%	19,89%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	243.440	12,41%	1,54%	114.860	12,81%	0,81%
Total dos investimentos em meio ambiente	243.440	12,41%	1,54%	114.860	12,81%	0,81%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	() não possui metas (x) cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		



5 - Indicadores do Corpo Funcional

	2007	2006
Nº de empregados(as) ao final do período	20.351	19.098
Nº de admissões durante o período	1.667	1.239
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.878	2.081
Nº de estagiários(as)	2.114	2.030
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	ND	ND
Nº de mulheres que trabalham na empresa	3.760	3.461
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	ND	ND
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	ND	ND
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	ND	ND
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	368	350

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2007			Metas 2008		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	ND			É realizado trabalho de prevenção		
Número total de acidentes de trabalho	0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() Direção	() Direção e Gerências	() todos(as) empregados(as)	() Direção	(x) Direção e Gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() Direção e Gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	() Direção e Gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(x) seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() Direção	() Direção e Gerências	() todos(as) empregados(as)	() Direção	() Direção e Gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A Participação dos Lucros ou resultados contempla:	() Direção	() Direção e Gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() Direção	() Direção e Gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(x) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2007:			Em 2006:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	16,50% governo 5,95% acionistas	26,13% colaboradores(as) 43,73 % terceiros	7,69% retido	14,79% governo 3,82% acionistas	22,44% colaboradores(as) 53,24 % terceiros	5,71% retido

7 - Outras Informações

1) CNPJ da Eletrobrás Holding: 00.001.180/0002-07; Setor Econômico: Energia Elétrica; UF da sede: DF (escritório central:RJ); 2) Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. 3) Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Sistema Eletrobrás 

Ministério de
Minas e Energia

